





## Agradeço

Ao Prof. Doutor Arq. Miguel Santiago e ao amigo Prof. Arq. Hélder Oliveira, orientador e co-orientador, respectivamente, pelo acompanhamento e apoio prestado durante todo o projecto.

Às arquitectas, Gabriela Silva e Margarida pelo interesse demonstrado e pela constante disponibilidade.

Aos arquitectos João Nascimento, Manuel Borges e Luís Rato pelo apoio, partilha e amizade.

A todos os amigos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial ao arquitecto Filipe Russel pela amizade, disponibilidade, apoio e dedicação em todos os momentos deste trabalho.

Aos meus irmãos, Síssi, Paulo e André.

À Catarina, por todo o incentivo e apoio, em tudo e em todos os momentos.

Aos meus Pais, a quem devo tudo aquilo que hoje sou.



## Abstract

É cada vez mais notório, o crescente abandono dos centros históricos, por parte da população.

A falta de estratégias credíveis, por parte das entidades responsáveis, que estimulem o regresso da população a estes centros, para que se possa proceder a uma reabilitação destas áreas, dita cada vez mais espaços a um total abandono.

Neste trabalho, desenvolve-se um projecto de reabilitação, para uma dessas zonas esquecidas das nossas cidades, um vazio urbano no centro histórico da cidade de Braga. Pretende-se com esta proposta, dotar este espaço de condições, que possibilitem a sua reocupação e reintegração no espaço da cidade e na vida dos seus cidadãos.

It is increasingly clear, the growing abandonment of historic centers by urban populations.

The lack of credible strategies, from the responsible organizations, that could encourage the population's return to these centers, in order to undertake a rehabilitation of these areas, has led more and more spaces to a total abandonment.

This work develops a rehabilitation project for one of those forgotten areas of our cities, an urban void in the historic shell of Braga city. The intention, with this proposal, is to give this area conditions which would permit its reoccupation and reintegration within the city and in the lives of its citizens.

Palavras chave: reabilitação urbana; vazios urbanos; quarteirão em Braga;



## Índice

Agradecimentos

Abstract

Cap. I - Introdução

1.1 - Tema | Questão Central

1.2 - Objectivo

1.3 - Estado da Arte

Cap. II - Vazio Expectante. Análise

2.1 – Localização

2.2 - Evolução Morfológica da Cidade de Braga

2.3 - Descrição do Conjunto

2.4 – Levantamento

2.5 – Análise de Soluções Propostas

Cap. II – Vazios Urbanos

3.1 - Noções de Vazio

3.2 - As Manifestações do Vazio

3.3 - Significado, Representação e Apropriação dos Vazios Urbanos

Cap. III – Proposta

Bibliografia

Créditos das Imagens





# Introdução



## Tema | Questão Central

Para que exista um verdadeiro entendimento da cidade, o vazio é tão importante como o cheio, sendo um todo indissociável, onde só a existência de vazio nos proporciona a percepção do objecto (cheio).

O que consideramos como cidade não se faz unicamente de matéria contruída, ultrapassa o físico e implica valores e signos que traduzem a cultura de uma pessoa, grupo ou período histórico.

Deste modo, realizar uma reflexão acerca de “vazio urbano” implica, antes de mais, a definição do significado da expressão. O vazio que aqui nos importa analisar, não é o da mera ausência de objecto, mas o da ausência de sentido e significado que se poderá traduzir numa ausência de emoção e de identidade.

Uma análise a estes vazios exige assim a identificação e classificação de algumas destas manifestações no panorama contemporâneo, com o intuito de estudar como estes espaços se relacionam com a cidade e com os seus habitantes, podendo assim, ser, ou vir a ser, um Lugar, a partir do qual se possa pensar e fazer arquitectura, cidade e sociedade.

Só partindo de uma análise séria ao local, à sua história e à sociedade que dele se possa servir, poderemos dar um rumo a estes espaços de anonimato.

Como vazio expectante entendemos um vazio intersticial, uma grande área vazia de construção, um espaço descaracterizado e impessoal, em que se torna evidente a contradição entre o seu estado obsoleto e o seu grande potencial regenerador de uma urbanidade desaparecida.

## Objectivo

Este trabalho tem como objectivo realizar um estudo e uma proposta projectual, para um caso real de “vazio urbano”, num espaço intersticial de um quarteirão, no centro histórico, da cidade de Braga.

Em termos teóricos pretendemos identificar e analisar de que modo estes vazios se apresentam nas nossas cidades e de que maneira podem retomar a sua urbanidade. Identificar também, as razões pelas quais as cidades estão a ser vitimas de expansões descontroladas, deixando os “antigos” centros entregues a uma certa desertificação, o que se traduz muitas vezes no aparecimento de “não lugares”, e identificar de que modo poderemos reverter esta tendência.

A nível prático, pretende-se criar infraestruturas que se enquadrem com o lugar, a envolvente e os desejos e necessidades da população. Dinamizar o espaço de modo a que os habitantes da cidade se identifiquem mais com esta intervenção e a comecem a utilizar com maior assiduidade e intensidade.

Pretende-se encarar a arquitectura, não só enquanto arte de edificar, mas, principalmente, enquanto arte de moldar o espaço em prol da vida do homem em sociedade.



### Estado da arte

Com a expansão das cidades para as zonas suburbanas, constata-se uma perda de vitalidade nos centros históricos e uma consequente desertificação dos locais públicos de sociabilização. Associado a esta tendência aumentam também os lugares abandonados e em ruínas.

Cada vez mais se verifica uma ausência de participação das populações em redor de certos espaços urbanos, remetendo a responsabilidade da exploração das suas potencialidades para instituições ou organismos públicos. Ora, estas instituições e organismos, responsáveis pela recuperação e reinserção destes espaços, têm sido muitas vezes, devido ao seu mau funcionamento, a razão destas situações de abandono.

Podemos presenciar o incremento de interesse por este tema, através do número crescente de referências em artigos de revistas, jornais, blogs, chegando até a ter sido tema principal da bienal de arquitectura de Lisboa. É assim evidente, a urgência de tomada de medidas que chamem a atenção para este problema, incentivando o desenvolvimento de projectos que sejam capazes de devolver a vitalidade a estes espaços sem identidade, invertendo assim a situação actual.





**Vazio Expectante**

Análise

LEGENDA

- - - Área Aplicação RMSRCHCB
- - - Zonas Especiais de Protecção
- - - Área Urbana com Protecção Arqueológica
- - - Muralha Romana
- - - Cerca Medieval
- Edifícios Classificados
- Limite do Quarteirão em Estudo
- Quarteirão em Estudo - Construído

Fig. 1 - Planta de Localização



## 2.1. Localização

1- BARRETO, Nuno (coord.) 1982, pag. 7

2- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco 2008, pag.203

3- Barreto, Nuno (coord.), 1982, pag. 11

4- Ribeiro, Maria do Carmo Franco, 2008, pag.203

O principal objecto de estudo deste trabalho é o interior degradado de um quarteirão no centro da cidade de Braga <sup>fig.1</sup>. Situa-se dentro da “área de aplicação do regulamento municipal de salvaguarda e revitalização do centro histórico da cidade” e é delimitado por quatro ruas: a Sul a Rua dos Capelistas, a Poente a Rua do Carmo, a Norte a Rua do Carvalhal e a Nascente a Rua dos Chãos. Situa-se também entre duas importantes praças do centro da cidade: a Poente a Praça Conde de Agrolongo, vulgo, Campo da Vinha, e a Sul/Nascente a Praça da República, vulgo, Avenida Central. A Sul, pela Rua dos Capelistas, confronta-se também com o traçado do antigo Castelo Medieval e limite actual do Centro Histórico da Cidade de Braga.

## 2.2. Evolução Urbana da Cidade de Braga

Embora se conheçam ocupações pré-romanas na região bracarense, situada nas bacias dos rios Cávado e Ave, de tribos do povo denominado de Bracaro, nada sabemos sobre a origem do seu nome e sobre a organização e localização do seu centro político e social <sup>1</sup>. Deste modo assumiremos que as origens urbanas de Braga remontam aos finais do séc. I a.c., aquando da ocupação romana.

### *Braga entre a Ocupação Romana, Suévica e Alta Idade Média*

Quando terminada a conquista do território Noroeste Peninsular, no fim das guerras Cantábricas, o Imperador Augusto, no âmbito da reorganização política e administrativa da Hispânia, decide fundar naquele território três centros urbanos. Bracara Augusta será um desses centros, sendo implantada estrategicamente no centro da actual região entre Douro e Minho e organizada segundo os modelos das cidades romanas <sup>2</sup>.

A sua localização geográfica foi estrategicamente escolhida, próximo a um rio navegável, o Cávado, no ponto onde acabam as cadeias montanhosas e têm início as planícies do litoral.

Pouco se sabe da organização da vida da cidade romana ao longo dos seus quatro séculos e meio de existência. Porém, os elementos que chegaram até nós, em forma de ruínas, mostram-nos que foi um importante centro administrativo, comercial e industrial (cerâmica e vidro) <sup>3</sup>. A nível urbanístico a arqueologia fornece informação suficiente para que se possa dizer que desde a sua fundação “a cidade conheceu um plano ortogonal coeso, sendo dotada de infra-estruturas de circulação, abastecimento e distribuição de água e redes de saneamento, o que permitiu o seu desenvolvimento até aos séculos seguintes” <sup>4</sup>. A construção de espaços públicos e privados terá sido progressiva e Bracara Augusta deverá ter atingido a máxima extensão e monumentalidade no séc. II .

Ao longo dos tempos, e ainda durante a ocupação romana, foram acontecendo sucessivas remodelações no plano urbano da cidade. Entre os

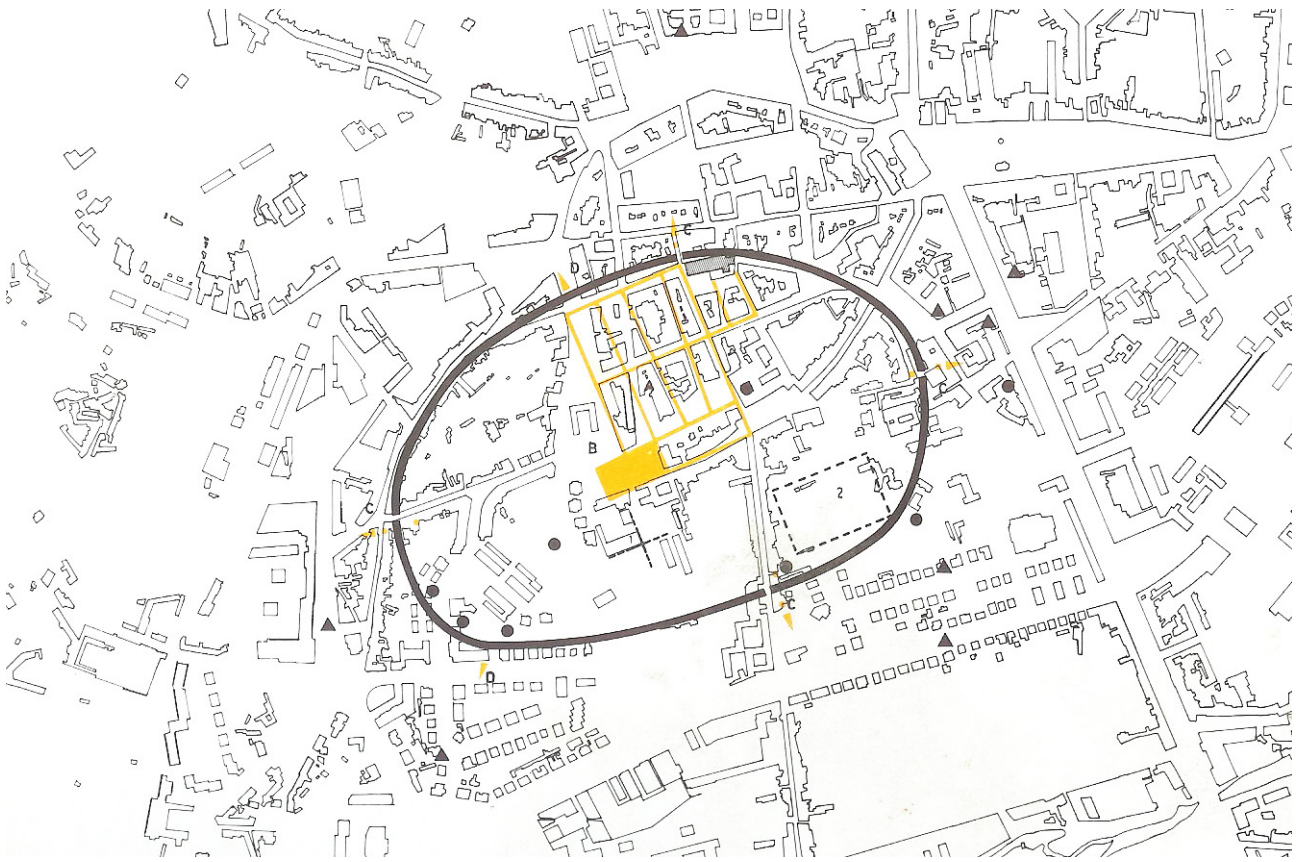


fig. 2 - Planta de localização da ocupação romana.

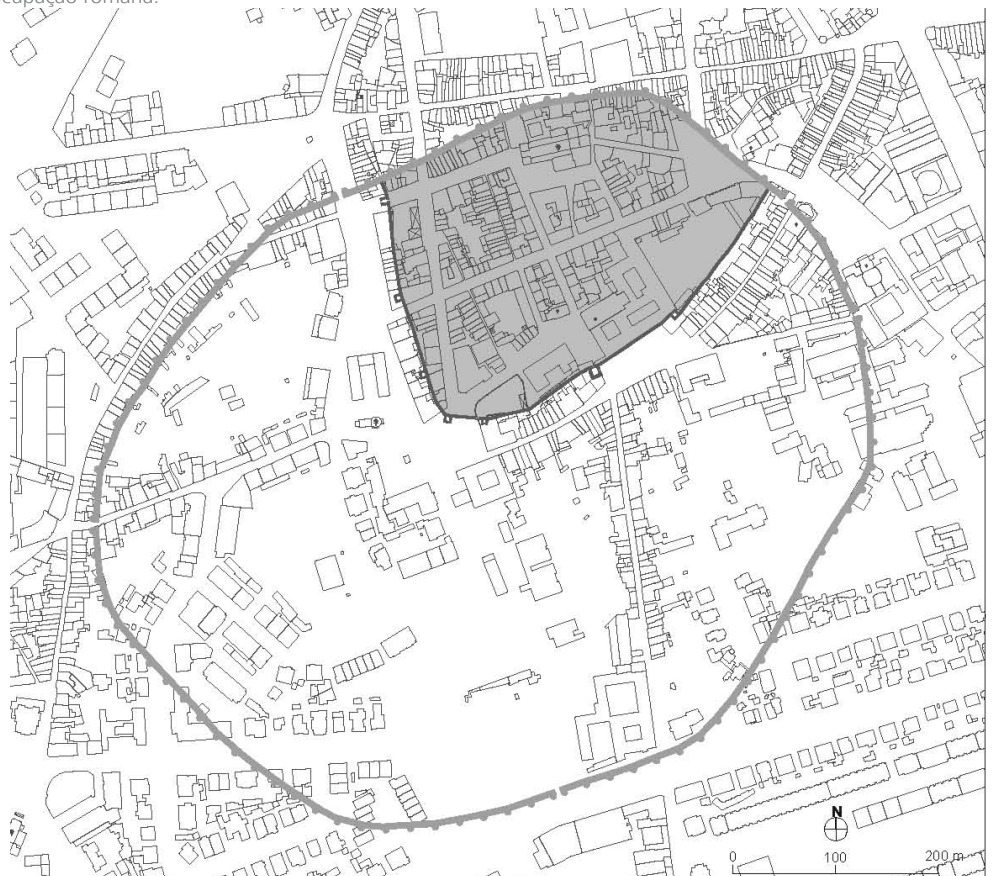


fig. 3 - Perímetro amuralhado romano e da primitiva cerca medieval.

5- “O perímetro atribuído tradicionalmente à muralha, embora discutível, não deve andar muito longe da realidade, não se sabe porém qual a data de edificação da muralha ou se só uma foi construída.”

BARRETO, Nuno (coord.), 1982, pag. 14.

6- Ribeiro, Maria do Carmo Franco, 2008, pag.204.

7- Nas escolas capitulares, ou claustrais, educavam-se os moços de capela, ou meninos cantores.

A escola capitular mais antiga, após a Reconquista, é a da Sé de Braga, sendo que já existia em 1072.

8- As escolas Episcopais funcionam numa dependência da habitação do bispo. Estas escolas visavam, em especial, a formação do clero secular (parte do clero que tinha contacto directo com a comunidade) e também de leigos instruídos que assim eram preparados para defender a doutrina da Igreja na vida civil.

finais do séc. III e início do séc. IV, a cidade foi cercada por uma poderosa muralha <sup>5</sup> | fig.2. Esta fortificação terá provocado inevitáveis transformações, não só em termos urbanísticos, mas, também, em termos funcionais, condicionando a configuração da cidade.

Bracara Augusta, que manterá activa uma vida económica, administrativa, religiosa e cultural até pelo menos ao séc. VIII, parece ter sobrevivido aos tempos de crise que assolaram todo o império romano desde o séc. III, bem como às investidas dos povos Germânicos. Foi elevada a capital do reino Suevo nos inícios do séc. V e submetida ao domínio Visigótico, a partir de 585.

A conjuntura de instabilidade política, que caracteriza o período de domínio Suevo e Visigodo introduziu significativas alterações no espaço urbano, que se encontram vinculadas à nova doutrina religiosa vigente, o Cristianismo. Com as práticas associadas a esta religião surge a construção de edifícios de culto que passam a fazer parte da paisagem urbana, contribuindo para criar novas centralidades e consequentes focos populacionais que aos poucos vão alterando a fisionomia da cidade <sup>6</sup>.

Em 715 será destruída pela primeira horda Árabe, que nas duas incursões seguintes acabam por destruir todos os novos e velhos edifícios.

Assim, a partir do séc. VIII o núcleo urbano romano começa a ser abandonado, situação que se agrava no séc. IX e X, em benefício de algumas áreas, das quais se destaca o quadrante nordeste da antiga cidade romana, onde está documentada a primeira basílica paleocristã, datada do séc. V-VI, localizada sob a Sé de Braga, e que irá constituir o primeiro núcleo medieval.

### *Evolução Urbana na época Medieval*

Como já referimos, entre os séculos VIII e XI Braga sofre uma série de períodos ocupacionais muito conturbados, domínio Suevo e Visigodo, invasões Muçulmanas e Reconquista Cristã, o que dotou uma parte muito significativa da antiga urbe romana ao abandono, deslocando a ocupação populacional para o quadrante noroeste da mesma <sup>fig.3</sup>.

Esta área ocupada desde então aproveita a parte norte das estruturas defensivas romanas, conserva os eixos viários anteriores e instala o seu edificado no espaço dos quarteirões romanos, subdividindo estes espaços e múltiplas parcelas.

Estando a cidade organizada a sul da basílica paleocristã até ao séc. XI, o núcleo urbano conhece a partir desta data uma importante revitalização.

A arquidiocese de Braga é restaurada em 1071, ficando a cargo do Bispo D. Pedro, a missão de restabelecer o poder e património, assim como infra-estruturas que iriam permitir o engrandecimento e revigoramento da cidade. Das iniciativas levadas a cabo por D. Pedro são de destacar, a construção da Sé Catedral, a fundação das escolas Capitular <sup>7</sup> e Episcopal <sup>8</sup> e a divisão administrativa da Diocese.

Paralelamente às acções de D. Pedro, também o Conde D. Henrique e D. Teresa, Condes de Portucale, tiveram papel decisivo na afirmação da cidade



fig. 4 Vista aérea do centro urbano de Braga: Sé Catedral e contornos da muralha medieval e do castelo.

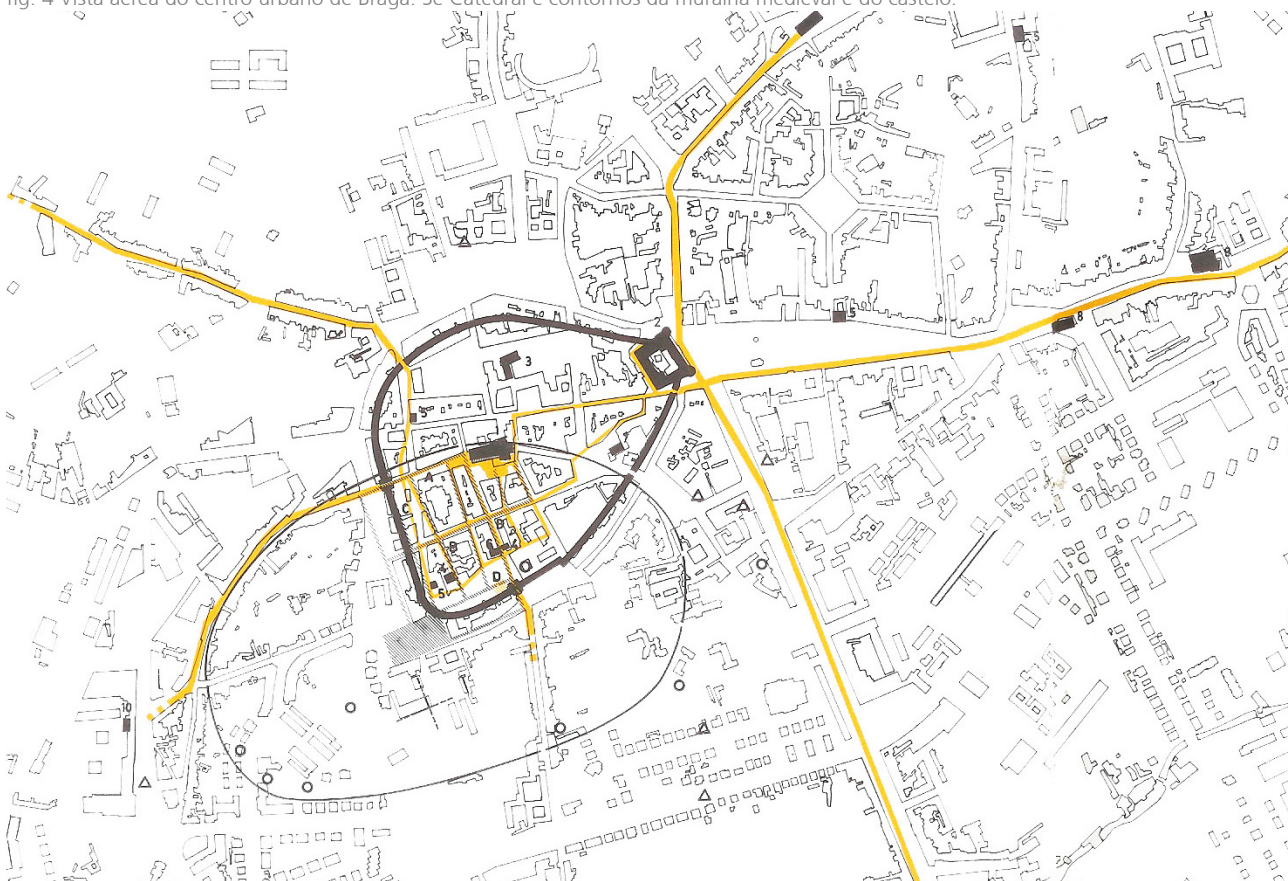


fig. 5 - Planta de localização da ocupação urbana na Idade Média 1070 - 1505.

9- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco 2008, pag.502.

2- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco 2008, pag.203

e no engrandecimento do núcleo urbano, pela criação, em data ainda desconhecida, de uma cintura de muralha e o reforço do poder do seu Bispo em relação ao da Diocese de Santiago de Compostela, obtendo o estatuto de Sé metropolitana para a igreja de Braga. Esta política, desenvolvida pelos soberanos, irá influenciar para sempre a evolução histórica da cidade.

As disposições atrás mencionadas irão permitir à igreja local obter uma posição muito privilegiada na cidade, o que se traduz ao longo do tempo num forte poder e influência, designadamente ao nível do urbanismo e da arquitectura, como aliás ainda hoje é perceptível.

A Sé Catedral <sup>fig.4</sup> vai exercer ao longo dos tempos um papel destacado na organização do núcleo urbano, vindo a tomar, ao longo do período medieval, uma posição central e organizadora de todo o espaço urbano. Neste sentido, esta constitui-se como o epicentro do núcleo urbano medieval, impulsionando e ajudando a consolidar a progressiva urbanização do burgo canónico.

A partir do séc. XII e até ao séc. XIV o pequeno núcleo urbano de Braga parece conhecer contínuas ampliações para Norte, pautadas pelo alargamento sucessivo do sistema defensivo anterior. Aliás, as muralhas tiveram uma importância determinante na organização do espaço urbano medieval desde o sec. XI. Conhecem-se diferentes perímetros amuralhados, em resultado de sucessivas reestruturações e ampliações, ocorridas ao longo de vários séculos, até se confinarem ao seu perímetro definitivo em finais do séc. XIV, no reinado de D. Fernando I <sup>fig.5</sup>. A partir da invasão de Braga pelas tropas de Castela, terão sido tomadas medidas para dotar a cidade de uma defesa eficaz, através da construção de uma nova cintura defensiva, que aproveita parte do traçado anterior, redefinindo o limite norte da área defendida. Desde esta data, até inícios do séc. XVI, o perímetro da cidade não irá sofrer grandes modificações, altura em que irá conhecer a etapa de maior crescimento, graças à acção do Arcebispo D. Diogo de Sousa <sup>fig.6</sup>.

### *Evolução Urbana na Idade Moderna*

“A partir do séc. XVI e ao longo do séc. XVII as cidades europeias tornam-se espaços privilegiados para a aplicação de novos ideais culturais, que passam a valorizar os esquemas clássicos na organização do espaço urbano e o gosto pela beleza e pela cenografia, aplicado a ruas, praças ou a edifícios. Assim, as cidades serão alvo de profundas transformações, que assinalam novas formas de pensar e conceptualizar o espaço vivencial” <sup>9</sup>.

A cidade de Braga não escapará às tendências europeias dominantes que caracterizam estes séculos. No início da época Moderna, Braga irá beneficiar da actuação do Arcebispo D. Diogo de Sousa, homem renascentista, formado em Roma e Florença, a quem coube o papel de renovar a cidade. Segundo relatos da época, D. Diogo de Sousa encontrou a cidade num estado decadente, que se vinha a acentuar desde meados do séc. XIV, altura em que a cidade deve ter atingido o apogeu do seu esplendor medieval com o Arcebispo D. Gonçalo Pereira.

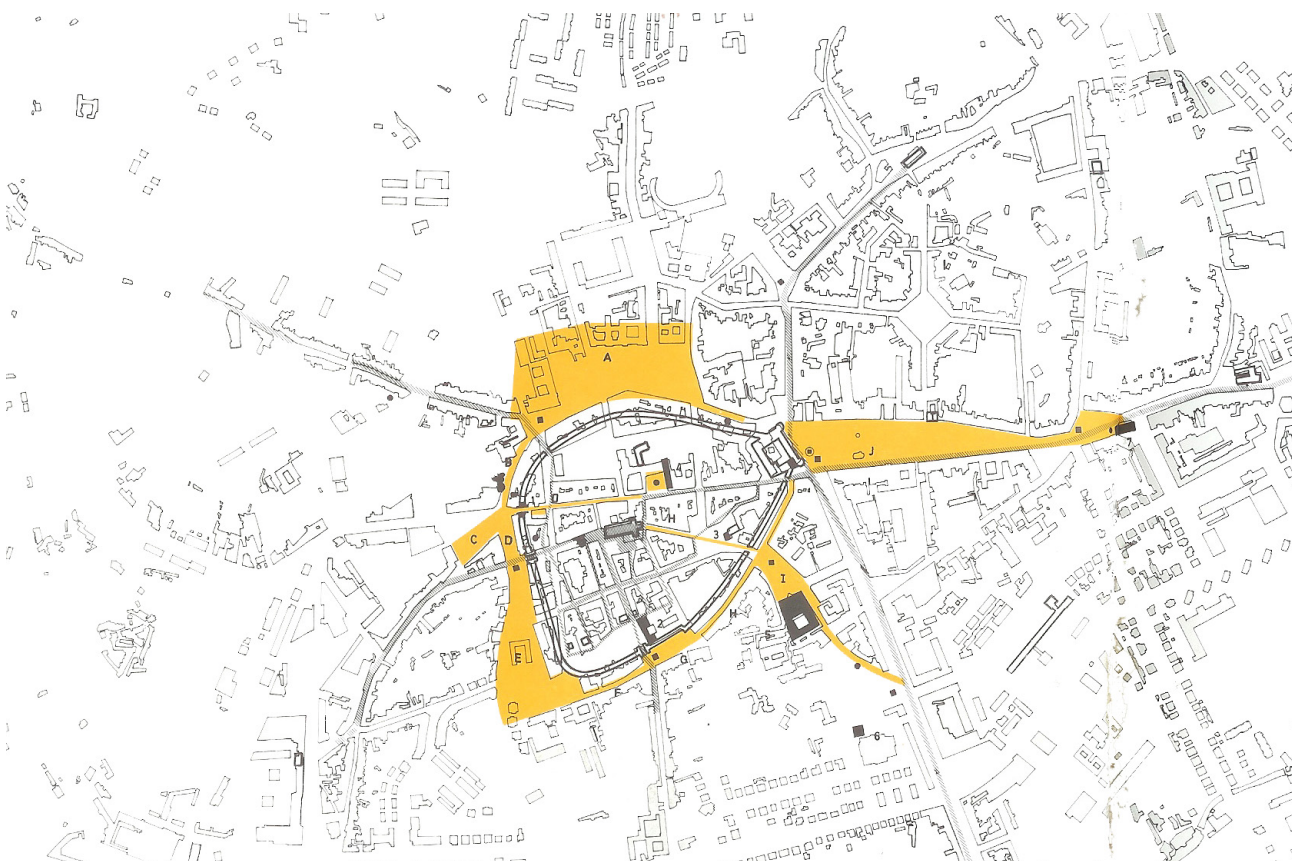


fig. 6 - Planta da expansão urbana operada por D. Diogo de Sousa 1505 - 1532

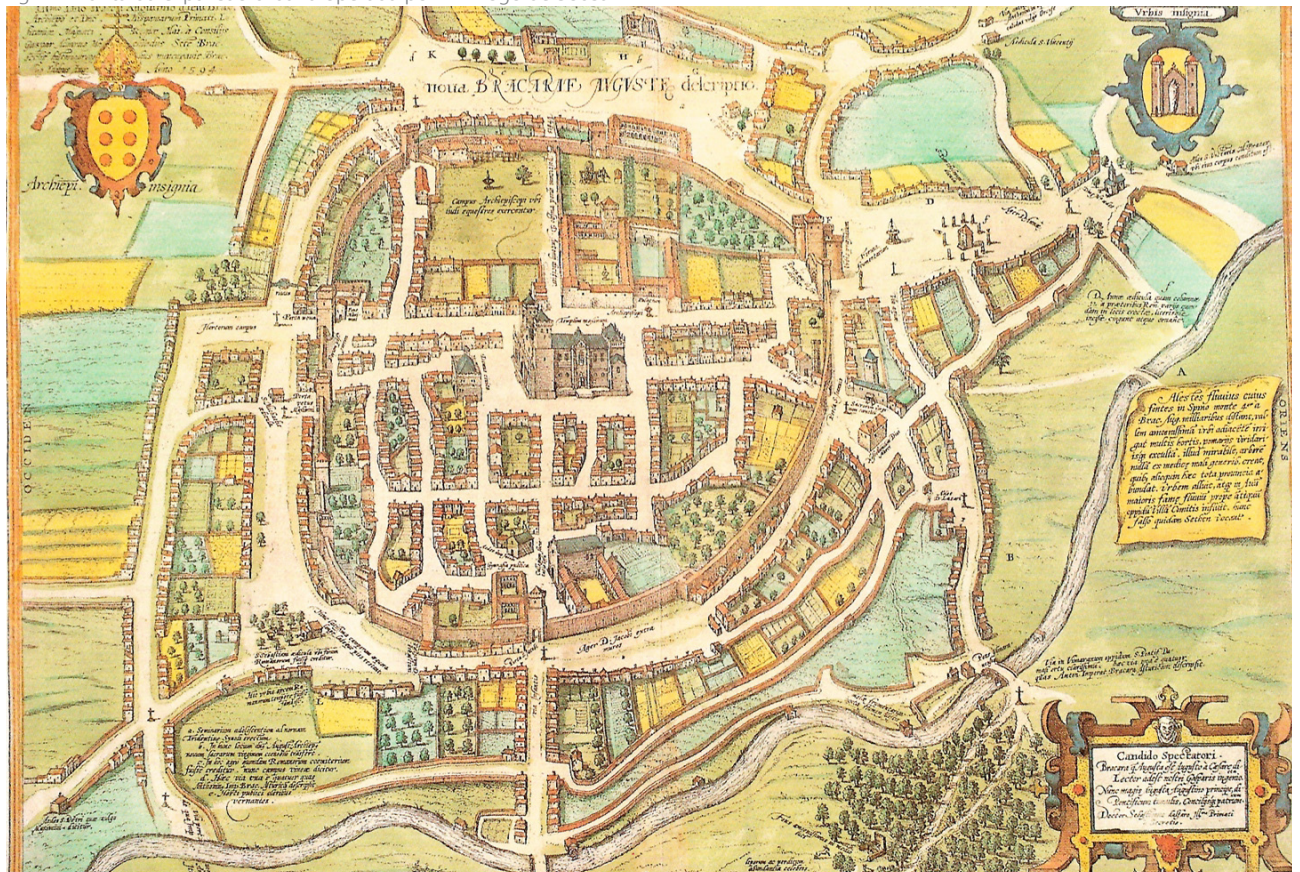


fig. 7 - Mapa de Braunio.

10- COSTA, Padre Avelino de Jesus da 1962, pag. 17

Entre 1369 e 1380, a cidade tinha 24 ruas ladeadas por cerca de 800 moradias. Ao que parece, já nesta altura estavam vincados os sinais de decadência, que se deve ter principiado com a peste negra que atingiu o auge no nosso país em 1342, e que se acentuaram ainda mais com a invasão de Braga pelas tropas de Castela . “Em 1369, Henrique II de Castela cercou Braga e arrasou quase todas as casas que estavam fora das muralhas, 79 das quais ainda continuavam em ruínas em 1380. O conseqüente despovoamento da cidade arruinou outras, que ficaram reduzidas a simples pardieiros” <sup>10</sup>.

D. Diogo de Sousa, ao ver o estado degradado em que a cidade se encontrava, leva a cabo uma das reformas urbanas mais significativas para toda a história da cidade, dando a esta, a feição que se iria manter até meados do séc. XIX. O primeiro cuidado do arcebispo foi rejuvenescer a cidade, dando-lhe ar, luz e espaço. Isto foi conseguido através da compra de casas, quintais e vinhas com o objectivo de cortar novas ruas, endireitar outras e abrir novas praças no interior da muralha. Aproveitando os espaços e edifícios públicos, reguladores do urbanismo medieval, Sé Catedral, Paço e Castelo, renovou e criou novas áreas na zona intramuros, procurando conciliar a estrutura preexistente aos novos ideais de prestígio e modernidade.

Porém, a mais importante modificação foi a expansão da cidade para o exterior das muralhas. Uma vez que a cidade não necessitava mais da muralha Fernandina como sistema defensivo, puderam erigir-se novas construções no seu exterior. Assim, mandou abrir um conjunto de novos largos e ruas, que permitiram o desenvolvimento para a periferia e de acordo com as portas da muralha e com as vias intramuros que a elas ligavam, designadamente, o Campo de Santa Ana, o Campo dos Remédios, o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha, onde levantou vários cruzeiros. Abasteceu a cidade de água ao construir ou recuperar fontanários, caso da Fonte da Cárcova, Fonte da Cónega, Fonte dos Granjinhos, Fonte da Senhora A'branca e a Monumental Fonte do Largo do Paço. O aparecimento destes espaços revestiu-se de uma importância dupla para o crescimento da cidade, uma vez que a necessidade de ligação dos vários campos ou largos originou novas ruas na periferia imediata da muralha, caso da rua da Cárcova. Por outro lado, todos os campos e largos acima referidos mantinham uma estreita relação com as vias suburbanas, que desde a época Romana se ligavam à cidade, potenciando deste modo o seu crescimento e articulação com o espaço rural, caso da Rua dos Chãos.

Deste modo D. Diogo de Sousa traçou as linhas do futuro desenvolvimento urbano da cidade, dotando-a de espaços e estruturas de continuidade, onde ainda hoje podemos encontrar as melhores praças, largos e avenidas da cidade. O *Mappa* de Braunio <sup>fig.7</sup>, 1595, permite verificar como as ruas, os principais edifícios, os quarteirões e a massa construída se encontram hierarquicamente definidos, fornecendo mesmo, uma perspectiva tridimensional da cidade, onde já conseguimos visualizar um esboço daquilo que virá a ser o quarteirão em estudo.

As alterações operadas na cidade no início do séc. XVI foram de tal forma



fig. 8 - Planta da expansão urbana na Contra Reforma 1532 - 1725.



fig. 9 - Planta de expansão urbana no Barroco Tardio.

11- OLIVEIRA, Eduardo Pires de, 1993, pag. 25

profundas que, estruturalmente, a cidade irá manter-se praticamente idêntica até ao séc. XVIII. Ao longo dos dois séculos seguintes a cidade iria absorver novas gentes que para aqui viriam trabalhar nas indústrias ligadas à igreja, conventos e recolhimentos e que iriam ocupar os espaços abertos por D. Diogo de Sousa. Neste período, as transformações urbanas resumiram-se à abertura de mais duas ruas - rua da Misericórdia e rua dos Pelames – à criação de mais chafarizes - Campo da Hortas, rua de S. Vicente e rua D. Diogo de Sousa (1588-1609) e largo do Paço (1723) - e ao surgimento de novos conventos e recolhimentos em alguma quantidade. <sup>fig.8</sup>

Nos meados do séc. XVIII Braga tinha já ocupado todos os largos e ruas abertas por D. Diogo de Sousa e tinha criado, em 1725, um novo e amplo bairro na zona então apelidada de “Quinteiro”, actual Campo Novo, sendo que após este acontecimento a cidade voltaria a “adormecer” a nível urbanístico. Porém, este século será o período de maior prosperidade artística para a cidade de Braga, época do Barroco <sup>fig.9</sup>. Foi o século em que surgiram três arcebispos que deixaram o seu nome ligado a grandiosas obras: D. Rodrigo de Moura Teles, responsável pela criação do santuário do Bom Jesus do Monte; D. José de Bragança, a quem se deve o lançamento do arquitecto André Soares, a construção dos novos Paços Archiepiscopais, a Casa da Câmara, o Palácio do Raio, a igreja dos Congregados e a rede pública de abastecimento de águas vinda das Sete Fontes; D. Gaspar de Bragança que apoiou económica e educacionalmente Carlos Amarante e as suas obras.

Nesta altura, em Braga, “apesar do comércio ser muito forte, a indústria não deveria ter um peso económico menor, ... existia uma forte indústria de sinos, velas e amuletos de cera, sedas e damascos, ouriversaria, latoaria, cortumes, etc., e múltiplas oficinas de escultura, arquitectura, pintura, talha e marcenaria, ...,etc., que exportavam para o Entre Douro e Minho e resto do país uma percentagem muito significativa das suas obras” <sup>11</sup>. É interessante verificar que o comércio se exercia nas mesmas ruas em que hoje o podemos encontrar, localização que em nada tem a ver com o centro comercial medieval. Pensa-se que terá sido a partir do séc. XVI que o centro económico se terá começado a deslocar para as ruas que rodeavam a arcada, nomeadamente a rua do Souto, rua dos Chãos, rua Fonte da Cárcova, actual rua dos Capelistas, cujos documentos antigos também chamavam de rua dos Mercadores e rua de S. Marcos.

A partir dos finais do séc. XVIII até inícios do séc. XIX <sup>fig.10</sup>, a cidade de Braga sofrerá continuamente e estagnar-se-á, primeiro fruto das Invasões Francesas, em 1807, que delapidaram e roubaram imensos bens, depois com as Gerras Liberais, entre 1831 e 1834. Paralelamente a estes dois acontecimentos muitos bracarenses começaram a rumar para o Brasil dotando a cidade de um certo marasmo, que se inverterá alguns anos depois com o regresso dos emigrante que trazem dinheiro do Brasil. Embora a cidade continue a manter as linhas traçadas por D. Diogo de Sousa, dá-se nesta altura a criação do Jardim Público <sup>fig.11</sup>, no Campo de Santa Ana de 1854 a 1861, e surgem nas



fig. 10 - Planta de expansão urbana no séc. XIX 1850 - 1914.

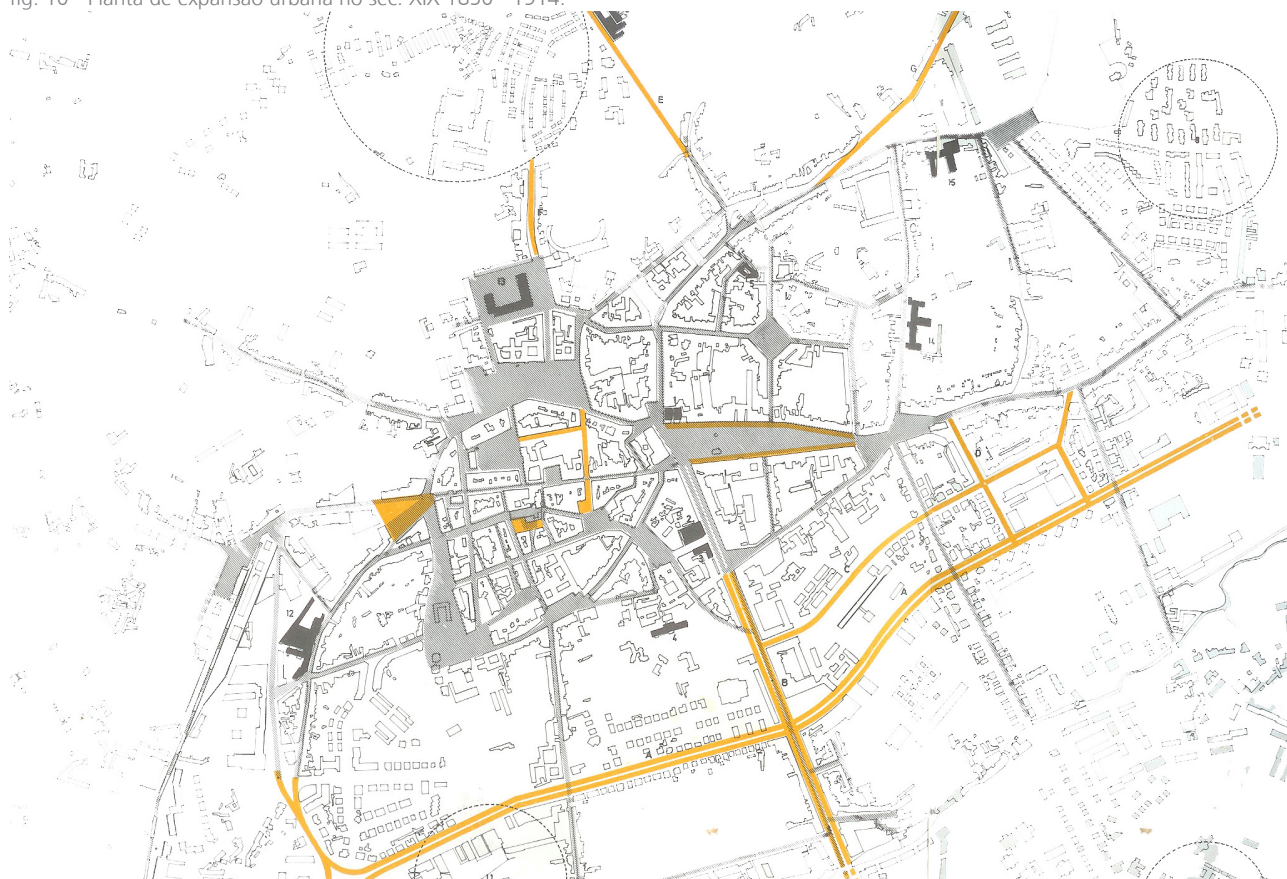


fig. 11 - Planta de expansão urbana no séc. XX 1914 - 1960.

suas imediações importantes serviços públicos como a biblioteca e o liceu, edifícios culturais, o Teatro de S. Geraldo, em 1860 <sup>fig.12</sup>, cafés e diversos palacetes, propriedade dos emigrantes vindos do Brasil. Estas construções vão de certo modo transformar não só fisicamente como socialmente o centro da cidade.

Com a criação do novo cemitério, em 1872, e com a chegada dos caminhos de ferro em 1875, localizados em extremos opostos da cidade, a par do início dos transportes públicos, surge a necessidade de criação de novas vias de circulação e alargamento de outras.

Na década de 80 cria-se uma praça pavimentada no então Largo da Lapa <sup>fig.12</sup> e dá-se uma maior monumentalidade ao edifício da Arcada, o que vem confirmar a deslocação do centro da cidade, da Sé Catedral para o local onde, actualmente, se situa a Praça da República, centralidade que perdura ainda nos dias de hoje.

No início do séc. XX <sup>fig.11</sup>, são demolidos alguns antigos marcos da história Bracarense, a Cidadela Medieval em 1905 e o Convento dos Remédios em 1912 <sup>fig.13</sup>, para dar lugar à instalação de alguns serviços públicos.

Com a alteração política do país, em 1910, e com a Presidência da Câmara de Braga entregue ao Tenente Coronel Lopes Gonçalves, a cidade irá evoluir radicalmente. Num período de tempo bastante curto, Braga passará a ter abastecimento de água ao domicílio, energia termo-eléctrica, novo sistema de transportes públicos, o eléctrico, um novo mercado coberto, no local do anterior e serviços municipalizados. É ainda iniciada a construção do novo hospital, cria-se um novo teatro, o Theatro Circo, começa a ser traçada a Avenida da Liberdade <sup>fig.14</sup> e dá-se a destruição do Passeio Público e a criação da Avenida Central, no mesmo local, permitindo um maior abertura para a circulação de veículos automóveis <sup>fig.15</sup>.

O saneamento será a grande obra pública dos anos 30, juntamente com a criação do novo Matadouro Municipal.

Em 1945 é criado um plano urbano pelo urbanista belga De Groer, plano este que nunca virá a ser posto em prática.

Em 1951, a Avenida da Liberdade toma a sua feição final <sup>fig.16</sup> e torna-se no eixo mais marcante da cidade, sendo também a via de chegada mais importante pelo lado sul, fazendo ligação à estrada que dá acesso a Guimarães. Surgem também três bairros sociais bastante deslocados do centro da cidade, o Bairro Económico, em 1939; o Bairro da Misericórdia, em 1951; e o Bairro da Alegria, em 1954; levando conseqüentemente à criação de novas vias para o acesso a estes bairros, o que de certo modo proporciona uma maior expansão urbana. De 1954 a 1956 cria-se a Rodovia, eixo viário perpendicular à Avenida da Liberdade, constituído pela Avenida Imaculada Conceição e pela Avenida João XXI, que seria quase até ao séc. XXI <sup>fig.16</sup>, o principal acesso à cidade vindo do Porto e de Barcelos.

A partir deste momento, a cidade cresce de forma exponencial através de várias urbanizações que se estendem para as zonas periféricas da cidade, levadas a cabo na sua grande maioria, sem a existência de um plano



fig. 12  
Passeio Público.

fig. 13  
Largo da Lapa. Ao fundo o Teatro S. Geraldo, actualmente demolido.

fig. 14  
Convento dos Remédios, actualmente demolido.

fig. 15  
Theatro Circo e Av. da Liberdade.

fig. 16  
Av. Central. Abertura de vias automóveis.

fig. 17  
1- Av. da Liberdade. 2- Av. João XXI.

fig. 18  
Av. Central actualmente.

12- Sede vacante, ou Sé vacante, no direito canônico da Igreja Católica Romana, corresponde ao período em que a Sé episcopal de uma Igreja particular está sem ocupante.

13- VASCONCELOS, Maria de assunção Jácome, 1988, pag. 91

14- Id., ibid., pag. 92

15- "O Mappa é um álbum datado de 1750, onde estão desenhados a maior parte dos alçados das casas de Braga, organizado por ruas."

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, 1993, pag. 63

apropriado, ou quando estes existem, com o quase total desrespeito pelas normas por eles propostas.

A última grande modificação no centro da cidade dá-se em 1994 com a total transformação da Avenida Central <sup>fig.17</sup> e com o atravessamento de um túnel sob o centro da cidade, tendo este último, bastante impacto na fisionomia de alguns quarteirões por onde passa. A avenida Central passa a zona inteiramente pedonal, assim como a grande maioria do centro histórico, confirmando esta zona como zona comercial de excelência. No subsolo da Avenida Central é criado um parque de estacionamento automóvel e a saída do túnel que desemboca na Avenida da Liberdade.

### *Mappa das Ruas*

No início do séc. XVIII, a Sé de Braga encontrava-se numa situação decadente sob o ponto de vista económico e financeiro, resultado da negligente administração do cabido sob os seus bens e do longo período de Sede Vacante (1728-1741) <sup>12</sup>. "Foros em dívida, causas litigiosas em mãos de solicitadores ou arrastados indefinidamente nos tribunais, desleixo na arrecadação de foros, colheitas e mais pensões e, por outro lado, despesas perdulárias, constituíam em traços largos os maiores problemas com que se debatia o cabido" <sup>13</sup>. Sabendo desta situação, e para preparar todo o ambiente em que iria governar D. José de Bragança, arcebispo nomeado para Braga, o Rei D. João V ordenou ao cabido que organizasse devidamente as suas contas.

A execução desta medida só se tornou possível "através da revisão e reordenação de todo o arquivo capitular, mais de 100 livros, do qual foram feitos 14 livros de índices: índice das gavetas (6 volumes), índice das sentenças (1 volume), índice do prazo dos casais (3 volumes) e índice dos prazos das casas (4 volumes)" <sup>14</sup>. Este trabalho foi coordenado pelo Cónego Francisco Pacheco Pereira que para facilitar a consulta organizou ainda um índice para cada rua e incumbiu o Padre Ricardo da Rocha de fazer o *Mappa* das Ruas de Braga <sup>15</sup> representando os alçados e numerando cada uma das casas pertencentes ao cabido. Assim, e servindo-se do traçado das 60 ruas então existentes e da sua orientação geográfica, o Padre Ricardo da Rocha desenhou as casas nelas implantadas.

Devido a este trabalho temos hoje um documento importantíssimo para o estudo do urbanismo, da arquitectura civil e da história da arte. A análise deste documento permite-nos determinar as soluções arquitectónicas adoptadas em vários tipos de habitação (nobre, burguesa e popular), nas igrejas, conventos e capelas, determinar qual o uso corrente dos espaços e tipos de população predominante.



fig. 19



fig. 20



fig. 21

## 2.3- Descrição do conjunto

16- Prazo ou aforamento – cessão de usufruto de uma propriedade, a longo prazo ou perpétua, mediante o pagamento de determinada renda.

Dicionário de Portugues, Porto Editora, 3 Edição

Como anteriormente referimos o objecto de estudo é o interior degradado de um quarteirão no centro da cidade de Braga. O quarteirão é formado pela delimitação criada por quatro ruas, rua dos Capelistas, rua do Carmo, rua do Carvalhal e rua dos Chãos. O acesso ao seu interior pode fazer-se por três pontos distintos, dois directamente através das ruas circundantes, outro através de uma galeria comercial situada na rua dos Capelistas <sup>fig.19</sup>. No largo de S. Francisco <sup>fig.20</sup>, ponto de encontro da rua dos Capelistas com a rua dos Chãos, encontra-se uma passagem, sob um edifício mas ao nível da rua, com cerca de cinco metros e meio de largura, por onde podemos aceder, directamente para o interior em questão, vindos da principal praça da cidade, Praça da República, também vulgarmente apelidada de Avenida Central.

Na rua do Carmo encontraremos o outro acesso directo através da rua no local de uma quebra no plano de fachadas <sup>fig.21</sup>. Esta quebra foi criada com a demolição de dois edifícios, no momento da construção do túnel, 1994-1995, edifícios estes que já se encontravam em ruínas devido a um incêndio que os consumiu em 1975. Por este espaço faz-se o acesso até ao Campo da Vinha.

### Ruas

Neste ponto é nossa intenção fazer uma breve descrição das ruas envolventes, quanto à sua evolução histórica e morfotipológica, bem com das suas características actuais <sup>fig.21</sup>.

#### Rua dos Capelistas

A sua fundação remonta a inícios do séc. XVI. Marginando a muralha medieval, fazia a ligação entre os dois novos e amplos campos então abertos, de Santa Ana e da Vinha.

No seu extremo Este existia, desde a idade média, uma fonte, conhecida pela fonte da Cárcova ou Cárcoda, fonte que lhe conferiu o seu primeiro nome como rua da Cárcova. A sua ocupação iniciou-se quase de imediato com a sua abertura, embora incidisse apenas no lado norte, tal como se pode constatar no mapa de Braunio <sup>fig.7</sup>, não existindo ainda àquela altura qualquer construção encostada à muralha. Com o *Mappa*, de 1750 <sup>fig.23</sup>, podemos observar que a rua é ocupada predominantemente por edifícios de três andares em que o rés-do-chão era totalmente ocupado com largas portas de madeira que durante o dia se abriam para o comércio, o que levaria à posterior designação de rua dos mercadores. Das 27 casas aqui desenhadas e que correspondem apenas ao lado norte da rua, 10 eram prazos <sup>16</sup> do cabido.

Desde 1865, esta rua passou a ser oficialmente denominada de Rua dos Capelistas, nome que deriva de por ali se terem estabelecido os comerciantes chamados de Capelistas, que negociavam em artigos religiosos.

Em 1997 dá-se a sua última renovação, deixando de ser rua com trânsito automóvel e zona de estacionamento, para se transformar em espaço exclusivamente pedonal que liga a Avenida Central ao Campo da Vinha.

Actualmente, é uma das principais ruas de comércio, tendo durante todo



fig. 22  
1- Rua do Carvalho | 2- Rua do Carmo | 3- Rua dos Capelistas | 4- Rua dos Chãos



fig. 23  
Rua dos Capelistas (Antiga Rua da Carcova)



fig. 24  
Rua do Carvalho

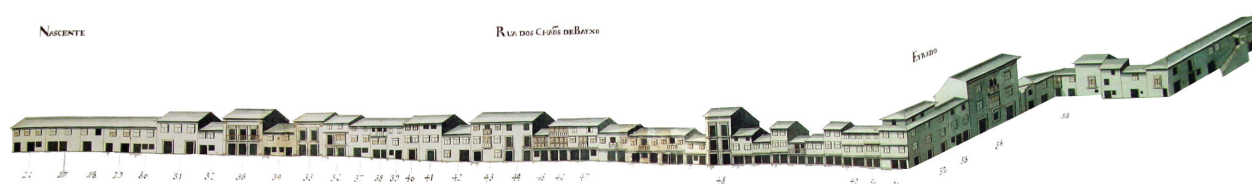


fig. 25  
Rua dos Chãos

17- Segundo o Mapa da cidade de Braga de André Soares, 1755

o dia intenso movimento pedonal. As actividades comerciais aqui desenvolvidas passam pelo comércio tradicional, lojas de vestuário de marcas internacionais, ourivesarias, cafés, bancos, etc <sup>fig.26</sup>.

No lado Norte, esta rua apresenta tipologias diversificadas, tanto ao nível dos usos (habitação, comércio e escritórios) como da arquitectura. É constituída por edifícios que se mantêm desde os séc. XVIII e XIX, ainda que a sua traça original tenha sido na maior parte dos casos, alterada para abrigar as funções actuais, a par de edifícios construídos já no séc. XX, ocupando no entanto, os lotes originais. Os edifícios são mistos ao nível dos usos, sendo que o comércio se desenvolve no rés-do-chão e os escritórios e habitação nos pisos superiores.

#### Rua do Carmo

Pensa-se que a sua criação remonta ao tempo do surgimento do Convento do Carmo, em 1654.

A Rua do Carmo, na altura denominada de Rua do Lameiro <sup>17</sup>, não se encontra presente neste levantamento do *Mappa* das Ruas de Braga, não nos sendo possível fazer uma apreciação quanto à arquitectura dos edifícios e dos usos e costumes dos habitantes desta em 1750, estando ainda assim representada no mapa de André Soares de 1755 <sup>fig.30</sup>.

Actualmente, tal como no caso da rua anteriormente descrita, podemos encontrar edifícios bastante diversificados, quer ao nível do uso como da arquitectura. Ao nível do uso encontraremos habitação, comércio e serviços, ao nível da arquitectura podem-se observar edifícios que se mantêm desde o séc. XVII, mantendo a sua traça até aos dias de hoje, outros que por certo datam dos finais do séc. XIX, e alguns mais recentes cuja construção estará datada desde a décadas de 60 a 90 <sup>fig.27</sup>.

#### Rua do Carvalhal

Aberta em data desconhecida, estabelecia a ligação entre o largo dos penedos e os espaços onde bastante mais tarde, nos meados do séc. XVII, se construiu a Igreja e Convento do Carmo <sup>fig.27</sup>. Em 1750 era uma rua que alternava, sem regra, casas de 1,2 e 3 pisos <sup>fig.24</sup>, de bom ou mau desenho, de famílias pobres ou ricas, o que nos leva a um certo grau de indefinição quanto ao tipo de vivência que nela se fazia. Das 27 casas aqui desenhadas, 18 eram prazos do cabido. Ainda hoje podemos encontrar algumas das linhas das antigas casas representadas no *Mappa*. Podemos considerar, que das quatro ruas, esta é a que se mantêm mais fiel à representação deste documento, excepção feita, no ponto de convergência com a rua dos chãos, onde se encontra um edifício de traço modernista, certamente datado dos anos 40 ou 50 <sup>fig.28</sup>, e do Palacete, actualmente em ruínas, situado em local central da rua, cujo traçado é atribuído ao arquitecto Ernesto Korrodi. O uso predominante nesta rua é a habitação. Podemos também considerar que esta é a rua que se encontra em maior estado de degradação e abandono.



fig. 26  
Rua dos Capelistas.

fig. 27  
Rua do Carmo.

fig. 28  
Rua do Carvalho.

fig. 29  
Rua dos Chãos.



### Rua dos Chãos

A rua dos Chãos é uma comprida via que deve ter tido a sua origem na época romana, correspondendo ao traçado da antiga via XVIII, do itinerário de Antonino. Este eixo teve um importante papel durante toda a época tardo antiga pois permitia ligar a cidade à paróquia de S. Vicente, que se terá organizado em torno de uma basílica paleocristã, sobre a qual se pensa ter sido erigida a actual igreja. A urbanização desta artéria terá sido potenciada pela abertura do Campo de Santa Ana e pelas conjunturas política, económica e demográfica da altura. No séc. XIV foram destruídas cerca de 30 casas com a invasão das tropas castelhanas. Ao longo do séc. XV e XVI terá recuperado os seus edifícios pois como podemos observar no Mapa de Braunio esta está praticamente toda urbanizada até à igreja de S. Vicente <sup>fig.7</sup>.

No *Mappa* das Ruas de Braga <sup>fig.24</sup> surge como um local de comércio, sendo que na sua metade sul o piso térreo está totalmente ocupado por largas portas de madeira que possibilitavam a existência de amplos espaços para a actividade comercial.

Actualmente, a fisionomia, o parcelamento e o edificado encontram-se completamente alterados em relação à original, facto que se deve à regularização e alargamento da mesma no início do séc. XX.

A rua dos Chão de Baixo corresponde hoje à rua dos Chãos. A sul da rua ficava situado o largo do Eirado, actual Largo de S. Francisco, onde podemos hoje encontrar uma das entradas para o interior do quarteirão <sup>fig.28</sup>.

Actualmente esta rua mantém-se como um importante ponto de comércio, habitação e escritórios. É também uma via de circulação pedonal intensa pela ligação que estabelece com a Central de Camionagem. Ainda assim, é uma importante artéria de ligação automóvel do centro às saídas da cidade a norte, nomeadamente, à Av. António Macedo, eixo rodoviário que contorna a cidade a norte e estabelece a ligação com as auto-estradas e a Estação de caminhos-de-ferro. Pensamos, que é esta importância ao nível da circulação automóvel (trata-se da única ligação da Av. Central com a cidade a Norte) a razão pela qual esta rua não foi ainda tornada pedonal.

### *Interior do Quarteirão*

Actualmente, o interior do quarteirão encontra-se completamente descaracterizado, tendo em conta o seu passado. Através da visualização de mapas e levantamentos da cidade de Braga pudemos verificar que o interior era preenchido por pequenos jardins pertencentes às casas circundantes, sendo os de maior relevo pertencentes ao palacete da rua do Carvalhal, projecto de 1905, atribuído ao arquitecto Ernesto Korrodi.

Do mapa da RAF <sup>fig.31</sup>, de 1946, para a planta de 1968 podemos observar a primeira grande modificação do seu interior através da introdução de um edifício de traço industrial, de grandes dimensões, que secciona o interior do quarteirão em duas áreas de tamanho aproximado.

Durante os anos seguintes e com a construção dos novos edifícios do



fig. 30  
Mapa de André Soares.

fig. 31  
Mapa da RAF.

fig. 32  
Percurso pedonal no interior do quarteirão.

fig. 33  
Garagem automóvel vista do interior do quarteirão

fig. 34  
Traseiras da Rua dos Chãos.

fig. 35  
Saída da galeria comercial da Rua dos Capelistas.



Largo de S. Francisco, dá-se uma ocupação, de alguma envergadura, na zona sul, com edifícios de traço industrial, onde viria a funcionar uma área comercial. Na década de 90 estes espaços são abandonados e, com a construção do túnel, serão destruídos, sendo deixados apenas algumas paredes em ruínas.

Nos dias de hoje, encontramos dois elementos que podem ser considerados como organizadores de todo o espaço: o caminho pedonal que liga a abertura no quarteirão no largo de S. Francisco à quebra no plano de fachadas na rua do Carmo, percurso curvo com uma certa fluidez de traçado <sup>fig.32</sup>; o outro elemento é o edificado, em pedra, de traçado industrial com cobertura em forma de “serra” que se impõe numa localização central do terreno, onde actualmente se existe uma garagem de automóveis <sup>fig.33</sup>.

Na zona norte, o terreno confronta os muros de limitação dos logradouros das casas situadas nas ruas do Carmo e Carvalhal, sendo que esta parcela do terreno tem uma forma aproximadamente rectangular. Na zona sul encontra-se uma área mais recolhida em relação ao caminho existente, confrontando-se a norte com o edifício industrial, a poente com um edifício recente de cinco pisos, onde funciona uma galeria comercial e onde existe o acesso vindo da rua dos Capelistas por esta mesma galeria <sup>fig.35</sup>, e com uma parcela de terreno pertencente ao banco Milenium BCP, que se encontra em total estado de abandono. A sul, o terreno, confronta-se com as fachadas posteriores dos edifícios da rua dos Capelistas; a nascente com a traseira de três pequenos edifícios, compostos por arrecadações e comércio. O extremo nascente do interior do quarteirão encontra-se em avançado estado de abandono e podem encontrar-se neste local vestígios em ruína dos antigos edifícios industriais cobertos por uma grande quantidade de vegetação selvagem. Este ponto confronta as traseiras dos edifícios da rua dos Chãos. Podemos também observar que a norte e a sul, os edifícios que confrontam o terreno, embora em mau estado de conservação, mantêm uma certa uniformidade de linguagem arquitectónica. A nascente e a poente o mesmo não acontece: a nascente, os edifícios da rua dos Chãos apresentam uma grande disparidade formal, diferindo na sua grande maioria o traçado das fachadas <sup>fig.34</sup>. No lado poente, encontramos o já referido edifício da galeria comercial e as traseiras do banco, que diferem completamente dos restantes edifícios que compõe o limite do terreno.



fig. 36  
Alçado principal da garagem automóvel.

fig. 37  
Túnel rodoviário que atravessa o quarteirão.

fig. 38  
Vista do interior do quarteirão para o Campo da Vinha.

fig. 39  
Vista do interior do quarteirão para a passagem do largo S. Francisco.

fig. 40  
Traseiras da Rua dos Chãos.

fig. 41  
Traseiras da Rua dos Capelistas e ruínas.

fig. 42  
Vista da passagem do largo de S. Francisco para o quarteirão.





## 2.5 – Análise de Soluções Propostas

O quarteirão assumiu a configuração actual, aquando da construção do túnel rodoviário que desemboca na Avenida da Liberdade, obra que foi concluída em 1995.

Dada a necessidade de construção do túnel e visto que a Câmara Municipal de Braga (CMB) na altura não possuía verbas para uma expropriação dos terrenos por onde este passava, resolveu assumir acordos com os proprietários.

Deste modo, o acordo selado entre a CMB e os proprietários dos terrenos interiores do quarteirão em questão consistiu na cedência do terreno, por parte dos proprietários, que em troca receberiam viabilidade de construção para o restante terreno.

Para este efeito, foi desenvolvido pela CMB, em 2001, um estudo de volumetrias e fachadas que ditariam as regras para as novas construções. Estas teriam que ser realizadas num prazo máximo de cinco anos. Porém, este facto nunca se veio a verificar, segundo a CMB, devido a um abrandamento no mercado imobiliário que não tornou viável as construções.

Esta conjuntura ditou o espaço a um quase total abandono, situação que ainda hoje persiste.

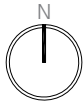
Desde essa altura, o mercado imobiliário foi-se modificando e, actualmente, os terrenos pertencem a outros proprietários, promotores imobiliários. Os planos inicialmente traçados pela CMB dificilmente serão cumpridos, uma vez que as propostas avançadas pelos promotores que entraram recentemente nos serviços desta entidade, apenas tiveram em conta a implantação presente nestes planos, modificando-os ao nível de volumetrias e planos de fachadas, assim como do programa.

### *Proposta - Câmara Municipal de Braga*

Ao observarmos a proposta da CMB, rapidamente nos apercebemos das suas principais intenções: rematar o interior do quarteirão, abrir novas ligações entre as ruas envolventes e o seu interior, através de acessos pedonais, criar um ponto central comum através de uma praça, aumentar os espaços comerciais e de escritórios no centro da cidade e criar mais habitação.

Porém, em nossa opinião a proposta peca pela grande densidade de construção, que do nosso ponto de vista é exagerada, servindo apenas os agentes imobiliários e não a população em geral. Esta solução iria isolar ainda mais o espaço interior do quarteirão, pois embora aumente o número de acessos ao seu interior, fá-lo com acessos extremamente apertados e compridos, sem grande expressividade e atractividade, o que faria com que passassem despercebidos ou não fossem convidativos para que se fizesse o acesso através destes. Isto iria criar uma certa "guetização" no interior do quarteirão, vindo este a ser utilizado por uma parte muito restrita da população. Esta guetização poderia também ter como resultado o aumento de criminalidade neste local devido aos imensos pontos "mortos" que iria criar.

Outro problema que não nos parece resolvido de forma aceitável é a relação



que os novos edifícios iriam ter com os antigos, sendo que alguns confrontam directamente as fachadas traseiras dos edifícios pré-existentes.

### *Proposta - Privados*

Ao observarmos as propostas dos privados e a implantação dos edifícios, podemos constatar que de certa forma tentam seguir a distribuição espacial proposta pela CMB. Porém, modificam, quase totalmente, o programa e a tentativa de unidade visual patente na mesma.

Na nossa opinião, os projectos apresentados pelos agentes privados, embora sejam desenvolvidos nos locais que nos parecem os mais apropriados para a implementação de construção, não resolvem o problema actual do interior do quarteirão, isto porque, desenvolvem as construções viradas para pátios interiores, reservados apenas aos moradores, facto que afasta de certa forma este local de um percurso urbano e de convivência social.

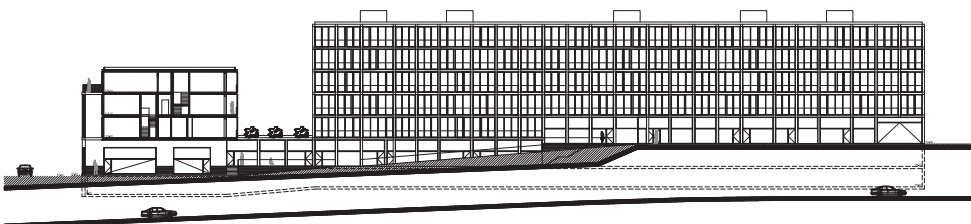
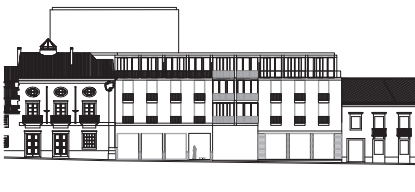
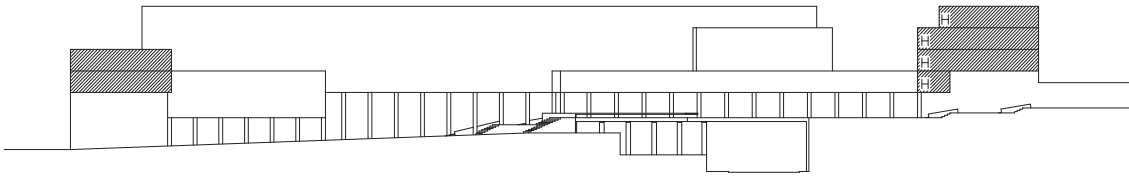
Na planta podemos analisar duas propostas de agentes diferentes, uma no lado nascente, composta por dois edifícios de habitação com acesso pela Rua dos Chãos, a outra, um conjunto de edifícios em condomínio privado, do lado Norte e Poente.

Na primeira, encontramos a ampliação e renovação de dois edifícios existentes na rua dos Chãos, que segundo o projecto, se prolongam para o interior do quarteirão. O acesso a estes continua a ser feito através da rua, o que remete o interior do quarteirão para o papel de simples traseiras, não promovendo a sua utilização o que fará com que o problema do seu abandono se prolongue. As fachadas posteriores, embora façam o remate com o edifício proposto pelo outro agente, não têm qualquer ligação com o restante quarteirão, descaracterizando-o ainda mais. Em nossa opinião cria também problemas para futuras ampliações dos edifícios adjacentes, uma vez que os condiciona com a sua grande profundidade, impossível de acompanhar devido à passagem do túnel rodoviário no subsolo. Deste modo iria criar uma empena cega, que seria a primeira imagem visível para quem acesse ao interior do quarteirão, pelo largo de S. Francisco, fazendo com que este acesso se tornasse ainda menos convidativo.

No caso do segundo conjunto, está prevista a construção de um condomínio privado com 69 apartamento, de tipologias que variam entre T1 e T4, para uma população estimada de 225 pessoas. Este conjunto estende-se desde a rua do Carvalhal e da rua do Carmo até ao interior do quarteirão num volume de construção que a nós nos parece exagerado, tendo em conta o local de implantação.

É de referir também que com esta construção está prevista a demolição de alguns edifícios de valor histórico e patrimonial da rua do Carvalhal, deixando apenas as suas fachadas, concretamente o Palacete cujo projecto está atribuído ao arquitecto Korrodi, de 1905, e alguns edifícios de pequena envergadura, que datam do séc. XVI.

Pensamos também que, embora no projecto estejam programados alguns



espaços comerciais e acessos às habitações, nos pisos térreos dos edifícios voltados para o interior do quarteirão, criticamos o facto de a restante distribuição do conjunto estar voltada para o pátio ajardinado do interior do condomínio, pois irá condicionar a vivência social no exterior do mesmo, remetendo estes espaços para um simples trajecto de acesso. Deste modo, consideramos que também este conjunto arquitectónico não irá resolver o problema do abandono do espaço em estudo, tendo mesmo um aspecto limitador quanto ao acesso e descoberta do seu interior. Este aspecto é agravado pela proposta de construção de um edifício que ocupará totalmente o vazio no plano de fachadas da rua do Carmo, deixando apenas um acesso sob o edifício, repetindo um pouco o que se passa no outro ponto de acesso no Largo de S. Francisco. Pensamos que este factor irá condicionar bastante a intenção de este local se tornar um percurso urbano incluído na cidade, uma vez que, estes pontos de acesso se parecerão mais com acessos privados, não sendo convidativos a uma exploração pela população em geral.





**Vazios Urbanos**



18- JORGE, Pedro António  
Fonseca  
"Vazios Úteis - Cerzir a Ci-  
dade", Seminário de Estudos  
Urbanos - Vazios Úteis, 2007

Este terceiro capítulo tem como objectivo realizar um breve enquadramento teórico quanto aos vazios urbanos. O que se pretende ao efectuar esta breve reflexão é traçar a definição do significado da expressão, identificar de que modo estas manifestações dos vazios são perceptíveis nas nossas cidades e de que modo podemos inverter esta situação, integrando-as outra vez no contexto urbano. Pretende-se com esta investigação absorver uma base teórica que nos permita tomar decisões na fase de projecto de uma forma sustentada.

Embora se apresente este terceiro capítulo como um "enquadramento teórico", não se pretende com isto fazer uma análise exaustiva ou criar alguma nova teoria, pretendemos somente fazer a recolha de dados de alguns autores, recolha esta que nos permitirá, compilando-os, cumprir os objectivos acima descritos.

### 3.1 – Noções de Vazio

O vazio não deve ser apenas encarado como a mera ausência de objecto, isto porque, "aquilo que consideramos como «cidade» não se faz apenas de matéria palpável, ultrapassa a noção de físico e implica valores que não são contabilizados em termos de «matéria»: signos, significados e significantes que, embora apoiados num suporte físico, não existem pela mera sobreposição de tijolo" <sup>18</sup>, requerem também valores que traduzam a cultura de uma pessoa ou grupo.

Constatamos assim que a cidade não é apenas constituída pela simples construção e adição de elementos individuais, mas sim por um conjunto de valores mais amplo.

Devido a este conjunto de valores, a cidade pode ser vista como um todo e a identificação deste todo é feita pela sucessão de algo que se repete e se torna regra, permitindo unir sob a mesma designação um determinado número de elementos. A cidade consiste assim em algo que se repete com frequência, mas que não exclui a presença de excepções. Assim, dentro daquilo que consideramos como cidade poderemos identificar várias regras, consoante o ponto de vista, por exemplo, se considerarmos o tipo de uso, talvez possamos definir como regra a habitação, devido à grande manifestação que esta tem na massa construída. Porém, para este capítulo, interessa-nos olhar a cidade de um ponto de vista ainda mais global, pelo que, deste modo, podemos definir como regra na cidade uma sucessão de massa construída, o "cheio", sendo esta interrompida pela excepção, que se identifica pela ausência da mesma, o "vazio".

Deste modo os "vazios" assumem-se como um desvio a uma regra definidora de cidade. Contudo, não os podemos considerar como algo destituído de valor no conjunto urbano, pois encará-los "enquanto elementos de constituição da cidade não implica que a sua presença (ou ausência) deva ser aceite acriticamente, uma vez que os elementos construídos, tal como os

espaços públicos terão de fazer algo pela cidade que os suporta. O mero volume não implica uma correlação imediata para com aquela cidade em que se encontra, tal como o vazio necessita de uma adequação ao espaço que o envolve”<sup>19</sup>. Assim, quando estes espaços, cheios ou vazios, entram em contradição com a restante cidade, quer pela adulteração da sua imagem, quer dos seus signos e significados, podemos afirmar que a sua utilidade para a definição da regra da cidade é posta em causa, pois entra num sistema que lhe é oposto.

Podemos assim afirmar que o significado de “vazio” vai mais além do que a simples ausência de matéria ou forma, e envolve também contextos conceptuais e morfológicos, que vão manifestar a sua utilidade na medida, em que podem contribuir para a criação ou afirmação da ideia que temos de cidade. Podemos assim fazer uma primeira divisão na definição deste conceito tão amplo de “vazio”: “«útil», se afirma os valores desta (cidade); «inútil» se contradiz uma lógica enunciada pelo conjunto apreciado como «urbano», mais uma vez, algo muito para além do mero uso físico do espaço”<sup>20</sup>.

Podemos também considerar que os vazios, que se apelidam como inúteis, tendo em conta a negação da identidade da cidade, poderão ao mesmo tempo ser considerados como úteis, na medida em que, podem ser considerados como espaços de reserva, para futuras expansões e renovações urbanas. Logo, o “vazio” não pode ser considerado como nada, uma vez que nada é a não existência ou total ausência de algo, e estes lugares existem, estão presentes nas nossas cidades, apenas carecem que lhes seja atribuído algum sentido.

Deste modo, uma análise aos vazios, implica também uma reflexão acerca de como este pode ser ou vir a ser um lugar, “um lugar cheio ou um lugar potencial a partir do qual se possa pensar e fazer arquitectura e cidade: a partir do qual se possa requalificar a paisagem e o ambiente urbano. Portanto uma análise que se dirija à arquitectura, não só enquanto arte de edificar ou arte de traçar planos para a construção de edifícios e de espaços entre eles, mas uma análise à arquitectura entendendo-a como uma espécie de moldura da vida do homem em sociedade”<sup>21</sup>. Falar de arquitectura não é, não pode ser, falar apenas da elaboração de um plano que vá suprimir as necessidades básicas do homem, é sobretudo falar de habitar, algo que vai muito para além da simples necessidade básica, sendo uma relação que se estabelece entre o homem e o espaço, é admitir “que a arquitectura, mais do que pensar e fazer o objecto, é a possibilidade desse homem ser-nele: humanizando-se, humanizando-a”<sup>22</sup>, sendo algo que extrapola o simples objecto arquitectónico. Resta assim apurar como é que nos vazios urbanos, áreas vazias na cidade, áreas destituídas de sentido, onde aquilo que lá acontecia deixou de acontecer, ou onde nunca aconteceu nada, pode haver este envolvimento e reconversão em lugares. Em nossa opinião, esta reconversão não tem que passar, necessariamente, pela construção de objecto, é possível construir espaços sem ter que construir edifícios.

19- Id., ibid.

20- Id., ibid.

21- JANEIRO, Pedro “Cheios Inúteis”, Seminário de Estudos Urbanos - Vazios Úteis, 2007.

22- Id., ibid.

23- Id., ibid.

24- Id., ibid.

25- Id., ibid.

26- CAVACO, Cristina Soares – “Os espaçamentos ilegítimos ou a condição suburbana do Vazio”, Seminário de Estudos Urbanos - Vazios Úteis, 2007

Ou seja, o espaço continua vazio, porém passa de um vazio inútil, que entra em conflito com a cidade e sociedade que com ele se relacionam, para passar a ter um sentido e uma relação estreita com estes, transformando-se num vazio útil. “A identidade destes projectos não depende das suas formas, mas da relação que o autor entende estabelecer com a natureza deles e com o universo das possíveis relações do visitante e do transeunte”<sup>23</sup>. Deste modo, a atenção da disciplina de arquitectura deixa um pouco de lado a construção através de volumetrias e concentra-se mais “nos elementos arquitectónicos dos percursos e das relações entre eles, transformando conceptualmente o espaço estático/processional em espaço dinâmico da narração, no qual o vazio tem um papel primário na relação com o cheio. A rede de estradas torna-se elemento fundativo e fundamental do espaço público, ao lado dos tradicionais vazios urbanos das praças e das ruas”<sup>24</sup>. E não é por estes espaços estarem esvaziados de construção que a arquitectura aí desenvolvida tem que ser considerada pobre, pelo contrário, este exercício exige uma organização que vai mais além dos âmbitos tradicionais, em que a construção impera, estimula a criatividade pois priva a arquitectura da sua natureza mais intrínseca, do objecto construído, estimulando desta forma a criatividade arquitectónica e a experimentação espacial.

Esta utilização do vazio “está inevitavelmente ligada à vontade de dialogar com os utilizadores, de criar uma relação virada para a educação e inovação da sociedade, por meio da qualidade, da expressão e da aplicação de materiais e tecnologias que interagem com o meio ambiente e com os tempos de utilização”<sup>25</sup>.

Esta arquitectura que transforma o espaço “vazio” sem o dotar de massa construída pode ser o modo pelo qual, nós arquitectos, poderemos dar uma maior qualidade aos espaços com características públicas, dirigidos à sociedade, promovendo deste modo uma experiência de convívio e de interacção colectiva num espaço não fechado.

Observa-se assim que o vazio não é um obstáculo à concepção, nem é algo que não pode fazer parte da experiência do quotidiano, é pelo contrário, algo que está sempre presente, porém, na maior parte das vezes, de forma inconsciente.

### 3.2 – As Manifestações do Vazio

Com base no trabalho desenvolvido por Cristina Soares Cavaco, com o tema “Os espaçamentos ilegítimos ou a condição suburbana do Vazio”, procuraremos elencar uma série de manifestações dos vazios nos territórios urbanizados. Tal como esta, não procuraremos propor uma “categorização sistemática fundada num conjunto de critérios metódica e cientificamente seleccionados e comprovados” mas antes, vazios que sejam “reconhecidos empiricamente e que, nesta perspectiva, possam ser entendidos como expressões-tipo do vazio urbano contemporâneo”<sup>26</sup>.



fig. 46- Vazio - Paisagem



fig. 47- Vazio Infra-estrutural



fig. 48- Vazio Expectante

27- Id., ibid.

28- Id., ibid.

### *Vazio – Paisagem*

É um vazio que à primeira vista é tido como um espaço livre e natural mas que perante uma segunda observação põe a descoberto pontos urbanizados, que se diluem na vastidão do horizonte. É assim, um vazio contínuo que, do ponto de vista figurativo “combina e mistura as características do espaço rural com as características da paisagem urbana” <sup>27</sup>. É um território que se mostra como um vazio indiferenciado contendo heterogeneidade, onde não faz sentido a “distinção dual entre cidade/campo, entre urbano/rural e entre centro/periferia” <sup>28</sup> | fig. 46

### *Vazio – Infra-estrutural*

É como que uma evolução do vazio tradicional, ruas e praças, entendidas como espaços de contacto, de ligação e de comunicação, para um vazio de conexão, onde o contacto e a comunicação já não se apresentam, servindo apenas a função de conectar várias partes da cidade. Pode ser entendido como um cheio-vazio, na medida em que é uma infra-estrutura construída, um objecto que faz parte do cheio da cidade mas que não é por si despoletador de sentido e de identidade. Por outro lado pode ser considerado um vazio-cheio, na medida em que embora não seja dotado deste sentido e identidade, tem um uso, é o espaço dos fluxos de circulação. Estes vazios conectam tanto como fragmentam e sectorizam, falamos de pontes, viadutos, estradas e auto-estradas, linhas de caminho de ferro, etc., que articulam e dão continuidade aos vazios úteis tradicionais, ruas e praças, mas que por sua vez, se apresentam como cortes abruptos no tecido urbano e no território, criando uma descontinuidade forçada dos espaços de contacto. <sup>fig.47</sup>

### *Vazio – Expectante*

É um espaço intersticial, normalmente uma grande área vaga ou vazia, no interior do espaço urbano consolidado, que se encontra em estado de obsolescência, mas em que este estado se contrapõe a uma certa promessa de oportunidade em potencial. São terrenos sem aparente qualidade ou razão de existirem mas que podem ser fundamentais para o processo de regeneração urbana. “Assumem-se como terrenos selvagens e como enlaces ou reservatórios estratégicos... não sendo um vazio restante, resíduo ou desperdício no conjunto do sistema urbano, é sim um espaço residual que, no seu estado expectante, assume simultaneamente a condição de depósito e de reservatório, de espaço de oportunidade provisoriamente abandonado” <sup>29</sup> | fig.48.



fig. 49- Vazio Verde



fig. 50- Vazio Interior Colectivo

30- Id., ibid.

31- Id., ibid.

32- Id., ibid.

33- Id., ibid.

34- Id., ibid.

*Vazio de cedência ou de interdição*

São espaços resultantes das distâncias impostas regulamentarmente entre construções, edifícios ou infra-estruturas e espaços naturais, linhas de água e zonas naturais protegidas. São assim espaços livres por interdição forçada de construção, ainda que, em algumas situações possam ser as próprias características do terreno a ditarem a condição non-aedificandi. Está associado a esta situação uma ideia de desperdício, de certa forma obrigatório, “de espaço inutilizado pela obrigatoriedade útil de deixar vazios higiénicos, vazios de saneamento e de segurança”<sup>30</sup>.

*Vazio verde*

Aquilo que se entende por vazio verde na maior parte das cidades contemporâneas, compreende a tentativa de inclusão do elemento natural no espaço construído da cidade. Trata-se de espaços verdes artificiais concebidos numa lógica de higienização, mas também de lazer e recreio, como parques ou jardins urbanos, ou simples relvados adjacentes às novas construções. “O vazio verde é cada vez menos um espaço estruturante do tecido urbano e nem sempre chega a ser um elemento da (...) estrutura ecológica. (...) É, antes pelo contrário, e cada vez mais, um vazio de cedência obrigatória resultante de uma urbanização feita por privados (...) e assente numa lógica de parcelamento fragmentário. (...) É normalmente um espaço disponibilizado ao sector público pelas proporções mínimas exigidas, um suposto espaço de utilidade colectiva.”<sup>31</sup> | fig.49

*Vazio interior colectivo*

Os vazios interiores colectivos são espaços privados que reinterpretam os valores espaciais tradicionais da cidade herdada. Habitualmente são grandes superfícies comerciais, estes espaços interiorizados simulam um ambiente exterior, de ruas e praças “onde já não chove, onde não faz vento, nem frio nem calor, de temperatura amena e controlada. (...) São vazios híbridos que procuram recriar a ambiência exterior sem perder o sentido de resguardo que só um espaço interior pode garantir.”<sup>32</sup> | fig.50

*Fragmento ou simulacro do vazio tradicional*

Aquilo que Cristina Cavaco entende por “fragmento ou simulacro do vazio tradicional”<sup>33</sup>, é a “vontade pós-moderna de salvaguardar, valorizar e adular tudo quanto seja histórico, antigo e popular, (...) pela cópia aproximada, pela reposição ou simulação de uma imagem, do sentido pitoresco, a recomposição de uma ideia do que já não é nem pode ser o lugar tradicional. (...) Mas mais do que um sentido de salvaguarda ou reabilitação, a condição suburbana do vazio tem retratado a distorção por pastiche, por sobrecarga de clichés, dos

### 3.3 – Significado, Representação e Apropriação

Temos vindo, ao longo dos pontos anteriores, a procurar clarificar a noção de vazio urbano, nas suas múltiplas valências. Decomposemos esta definição em vazio útil e vazio inútil, sendo que será na presença ou ausência de sentido, significação ou relações entre estes elementos e o espaço envolvente, bem como com os cidadãos, que residirá esta diferença.

“Em termos filosóficos, os cheios e vazios constituem valências equivalentes, sendo espaços de relação onde se jogam silêncios e tensões, propondo com os edifícios e com as pessoas noções de escala e de encaminhamento”<sup>35</sup>.

Um vazio útil será então um espaço urbano que gere e potencie os “signos da representação e da comunicação referenciados a analogias, arquétipos, metáforas e modelos, que estabilizam e criam memória colectiva, e criam identidades culturais, fazendo com que estes espaços possam ser apropriados, e constituam lugares no contexto urbano.”<sup>36</sup> Apenas atribuindo significado a um espaço vazio, ele será um lugar de vivência e contribuirá para “fazer cidade”.

Para o presente estudo, interessa-nos a dialéctica interior-exterior, tanto como público-privado, uma vez que o vazio em estudo situa-se no interior de um quarteirão. Actualmente, as unidades habitacionais tendem a gerar espaço exterior privado, por exemplo, pela criação de condomínios fechados, que se fecham sobre si próprios e ignoram o espaço envolvente, anulando a vida comunitária e imiscuindo-se da responsabilidade de continuação do tecido urbano. “(...) Tais espaços públicos tendem a ser cada vez mais privatizados. A paisagem urbana tende a deixar de centrar-se no núcleo, característico da modernidade, da praça comum e do encontro, para privilegiar os espaços fechados das ruas para peões, das auto-estradas e dos condomínios residenciais estanques.”<sup>37</sup>

O interior do quarteirão em estudo, resultante de diversos momentos que condicionaram a sua evolução e morfologia e conduziram ao seu estado actual, é atravessado por um percurso pedonal público, actualmente desprovido de qualidades que o promovam como espaço público de convívio social e comunitário. É necessário conferir-lhe um significado que o torne um vazio útil. Isto apenas será possível reunindo as condições de criação de “acontecimentos sociais, funcionando como signos agregadores do encontro cultural”<sup>38</sup>, construindo espaços “de representação que, na sua diversidade e precariedade, têm a capacidade de produzir uma fabulação que reactualiza os mitos e os ritos processando a identidade colectiva (...) e estruturando o imaginário colectivo”<sup>39</sup>. A noção de apropriação é fundamental, pois não é suficiente que a equação do espaço público seja apenas dada pelo negativo do construído, é necessário criar programas de utilização do espaço de modo a atrair as pessoas para o seu usufruto. “Propondo soluções específicas decorrentes da particularidade de cada lugar (...) o desenho deve atender à vida colectiva, às razões simbólicas e aos propósitos dos acontecimentos que criam identidade (...) estabelecendo uma continuidade do tecido urbano”<sup>40</sup>.

35- DUARTE, Rui Barreiros – “Vazios Úteis”, Seminário de Estudos Urbanos – Vazios Úteis, 2007

36- Id., ibid.

37- HARDT, Michael e Nagri, António, 2004, pag. 213

38- Duarte, Rui Barreiros – “Vazios Úteis”, Seminário de Estudos Urbanos – Vazios Úteis, 2007

39- Id., ibid.

40- Id., ibid.

41- DUARTE, Rui Barreiros  
– “Vazios Úteis”, Seminário  
de Estudos Urbanos – Vazios  
Úteis, 2007

42- Id., ibid.

43- Id., ibid.

44- Id., ibid.

45- Id., ibid.

lugares históricos e das referências culturais tradicionais”.<sup>34</sup>

Um vazio será útil na lógica global da cidade quando puder ser um espaço público que privilegie o “encontro urbano, onde se trocam experiências, reactualizam os mitos e se produz a emblemática do quotidiano”<sup>41</sup>, ou seja em que se crie e potencie uma identidade colectiva.

Zonas de reduzido interesse público terão de ser “urbanisticamente refuncionalizados, (...) através da qualificação de zonas de estar potenciando a interacção de várias camadas etárias, complementando-se as zonas de habitação com serviços de apoio quotidiano a jovens, idosos, a estruturas familiares fragmentadas, etc”<sup>42</sup>.

“Assim é necessário que exista um significado cultural que permita enquadrar de uma forma atractiva a participação da comunidade através de um imaginário mobilizador, para que a narrativa se construa através de temas e ambientes estimulantes que criem um processo de identificação colectiva (...). Criam-se assim sistemas de apropriação e vivência dos espaços, evitando-se zonas indefinidas de sentido (...). A criação de sentido e significado, envolve a dimensão física dos espaços, a sua caracterização ambiental e, sobretudo, a sua vertente simbólica que é essencial para que eles existam mais profundamente no imaginário colectivo”<sup>43</sup>.

A estratégia pode passar pela reconfiguração e redefinição dos parâmetros do espaço existente introduzindo “uma animação pontual dando um novo sentido e significado ao espaço público, revelando a sua disponibilidade e polivalência para gerar o encontro e redefinir o imaginário colectivo”<sup>44</sup>.

Como temos vindo a afirmar “os vazios urbanos não devem configurar vazios de sentido (...), devendo contribuir para a criação de espaço humano de relação comunitária (...)”<sup>45</sup>.



# **IV**

**Proposta**



### *Proposta*

Desde o primeiro momento em que entramos em contacto com o terreno do interior do quarteirão, foi para nós clara a enorme potencialidade deste espaço, para que se pudesse desenvolver um exercício de recuperação de um vazio urbano. A sua localização, no centro histórico da cidade, ponto central de enorme excelência, caracterizado pela grande afluência de população e intenso trânsito pedonal, a sua generosa dimensão, um hectare, e o facto de à data já ser utilizado como percurso de ligação entre as duas mais importantes praças da cidade, fizeram com que desde de logo nos quiséssemos debruçar sobre a sua revitalização.

Porém, foi também notório, que embora próximo de ruas bastante movimentadas, devido à sua localização no interior de um quarteirão, e à parca existência de pontos de acesso ao seu interior, a relação que este espaço mantinha com a cidade e com a população, estava de certo modo condicionada. A sua simples existência, como espaço amplo de respiro da cidade, não constituía assim atractivo suficiente, para deslocar os transeuntes do seu percurso habitual.

Surgia assim, a primeira grande questão: de que modo, poderíamos tratar aquele espaço, de maneira a que este se tornasse convidativo, para uma incursão pelo interior do quarteirão?

Após a recolha e análise de dados, sobre o local em estudo e a sua envolvente, ficou para nós claro, que apenas conseguiríamos dar resposta à questão acima apresentada, se dotássemos o local de infra-estruturas diversificadas ao nível do uso, com o objectivo de que este vazio se transformasse num percurso de excelência, equiparando-o àqueles que o rodeiam.

Devido às características do terreno, e tentando também dar resposta às intenções que a Câmara Municipal de Braga já havia delineado, definimos como programa inicial um complexo de habitação, comércio e serviços. Porém, desde o início, identificamos como elementos organizadores e caracterizadores do espaço, o percurso existente e o edifício de traço industrial, elementos que quanto a nós teriam que ser mantidos. Foi também nossa intenção intervir neste local com o mínimo possível de ocupação do solo, para que assim, pudéssemos criar um espaço verde, propício à convivência social. Deste modo chegamos ao programa final, habitação, comércio, serviços, centro cultural e espaço verde, que nos parece o mais apropriado, e que desenvolvemos neste trabalho.

Após identificados os pontos de maior carência de intervenção, do interior do quarteirão, já descritos anteriormente, organizamos no espaço os elementos do programa, de modo a que estes pudessem corrigir os problemas encontrados. A Norte, posicionamos os edifícios de habitação e comércio, a Este, o edifício de serviços, convertemos o edifício industrial em centro cultural e a Sul, desenvolvemos o espaço verde. Devido à complexidade do projecto em causa, e para uma melhor compreensão dos componentes do programa, realizaremos, a seguir, uma descrição destes em quatro pontos.

## Habitação e Comércio

Durante o processo de recolha de dados, referentes ao objecto de estudo, fomos informados pela Câmara Municipal de Braga, que o centro histórico desta cidade carecia, de forma urgente, de novos edifícios de habitação. Isto porque, os edifícios existentes se encontram na sua maioria ocupados por arrendatários de terceira idade, o que condiciona a sua venda, fazendo com que, os poucos que restam, sejam alvo de uma enorme especulação imobiliária. Esta situação traduz-se num envelhecimento da população aí residente, e numa diminuição de dinâmica social a partir de certas horas do dia, fazendo aumentar a criminalidade e os problemas sociais.

Tendo em conta esta informação e a nossa vontade de diversificar os tipos de uso, incluímos a habitação como parte do programa.

Visto que os edifícios de habitação por norma ocupam grandes áreas e requerem um considerável distanciamento daqueles que os circundam, desde logo procuramos identificar o local que melhor se adequava a uma intervenção deste tipo. De todo o terreno, o local que reunia as condições necessárias a uma implantação deste género era o topo Norte, pois trata-se da zona mais estável, com uma configuração regular, em comparação com a restante área. Os edifícios circundantes encontram-se a uma distância aceitável, devido aos seus logradouros e a existência de algumas construções de grande volumetria, na área envolvente, que fazem com que as volumetrias dos edifícios por nós propostos, se integrem no conjunto pré-existente. A direcção desta parcela de terreno, Nascente – Poente, foi decisiva para toda a organização volumétrica, devido às preocupações com a orientação solar. Deste modo criamos quatro volumes principais, intercalados por três pracetas, de forma a obtermos o maior número de fachadas com exposição solar, permitindo também a passagem de luz para os logradouros e pequenos edifícios situados na rua do Carvalhal.

Nos volumes principais, desenvolvem-se ao nível térreo, as entradas para os acessos à habitação e os espaços comerciais, estes últimos voltados para as pracetas, criando assim pontos de contacto social. Dividimos os volumes principais em quatro denominações, para uma maior facilidade de descrição, sendo: o Bloco A, o edifício localizado na rua do Carmo, seguindo para Nascente em direcção ao interior do quarteirão os restantes: Bloco B, Bloco C, e Bloco D.

A entrada, de acesso às habitações do Bloco A, encontra-se localizada na rua do Carmo. Também neste local se situa a entrada para a garagem, comum a todos os restantes blocos, e que se estende, ao nível da cave, por toda a extensão da implantação dos edifícios de habitação e comércio. Este Bloco é composto pelas já referidas entradas, ao nível térreo, e por mais dois pisos de habitação cada, compostos por um apartamento de tipologia T4+1. Também ao nível térreo, mas na fachada nascente, organiza-se uma zona destinada a comércio. Os Bloco B e C são compostos por quatro pisos de habitação, com dois apartamentos por piso, que variam entre tipologias T1, T2 e T3.

Ao nível térreo encontram-se o acesso às habitações, orientado para o percurso que atravessa o quarteirão, e espaços comerciais voltados para as já referidas praças.

O Bloco D é também composto por nível térreo e quatro pisos superiores, onde se desenvolvem dois apartamentos por piso, com tipologias T1 e T4. Este edifício é atravessado, ao nível do rés-do-chão, por uma passagem pedonal, onde se desenvolve o acesso às habitações e a zona comercial, e que dá acesso ao logradouro do Palacete de Ernesto Korrodi e por sua vez à rua do Carvalhal. Este acesso foi desenvolvido, com o intuito de integrar este edifício antigo, na revitalização do quarteirão. Não nos foi possível desenvolver um estudo para este, porém, propomos a sua recuperação e possível transformação em espaço de restauração.

As caves, dos Blocos C e D, desenvolvem-se em dois pisos, sendo o de cota mais baixa o da garagem, contendo o outro, quartos de arrumos, individuais, para cada um dos apartamentos existentes nos quatro blocos.

A volumetria destes edifícios foi pensada de modo a que estes se apresentassem de forma monolítica, fazendo um contraponto ao rendilhado das fachadas pré existentes. Tentamos com esta opção, criar um pouco mais de estabilidade visual para todo o conjunto. As fachadas voltadas para o percurso são revestidas a placagem de granito, cuja estereotomia foi desenhada na horizontal, com diversidade de ritmos, para contrapor a verticalidade imposta pelos vãos, varandas rapadas, que perfuram o “maciço” de pedra. Nas fachadas voltadas para as praças podemos verificar uma maior diversidade de materiais, granito no perímetro da fachada, azulejos revestindo a restante área, fazendo alusão aos edifícios tradicionais circundantes ao quarteirão, madeira nas caixilharias e grandes planos de vidro, relativos às montras das zonas de comércio. Também ao nível das volumetrias podemos aqui encontrar maior diversidade, impostas pelas diferentes dimensões das varandas. Deste modo pretendemos tornar mais dinâmico o espaço voltado para as praças.

### Serviços

Este edifício situa-se no lado Nascente do quarteirão e a sua fachada acompanha o traçado curvo do caminho pedonal. Pretendeu-se que este ficasse o mais próximo possível do percurso de modo a limitar a visibilidade para as edificações que se encontram nas suas traseiras, respeitantes à rua dos Chãos, e que se defrontam com um avançado estado de degradação. A forma curva da sua fachada é proposta para atenuar o ângulo de encontro deste com os edifícios de habitação. Propõe-se também uma ligação, através de uma passagem envidraçada, a uma construção pré-existente, de forma a ampliar o espaço destinado aos serviços. Devido a esta passagem, dá-se uma quebra, entre os volumes dos dois edifícios, o que nos irá permitir deixar a descoberto o conjunto, quanto a nós mais interessante, de fachadas já existentes.

O programa distribui-se em dois pisos, no piso térreo desenvolve-se

a recepção, a passagem já referida, seis escritórios, casas de banho masculinas, femininas e de portadores de mobilidade condicionada, zona de espera, pátio exterior ajardinado e acessos verticais, elevador e escadas. No piso superior, desenvolvem-se seis escritórios e uma varanda voltada para o pátio de entrada no edifício.

A fachada, revestida a placagem de granito, é apenas perfurada por um vão contínuo em cada piso. Esta quis-se sóbria, para de certa forma, condicionar o olhar dos transeuntes para a zona ajardinada do interior do quarteirão.

### Centro Cultural

Através da reconversão do edifício industrial, cria-se um Centro Cultural, que de certa forma se vai tornar o elemento principal de dinamização do interior do quarteirão. Tem o seu acesso principal no Campo da Vinha, que com os outros dois acessos laterais ao edifício, um no percurso de atravessamento do quarteirão, o outro voltado para a área verde, vão dotar todo o espaço, de uma maior dinâmica de circulação.

Pensou-se este Centro, como um espaço de dinamismo social, onde as diversas actividades no seu interior possam contribuir para uma aproximação da população. Deste modo procuramos orientar todo o programa e organização espacial dos seus elementos para o propósito anteriormente descrito.

Organiza-se assim todo o espaço sob um eixo orientador, Poente-Nascente, ou exterior-interior do quarteirão. Este eixo, cria uma leitura directa de todo o espaço e leva a que o utilizador se sinta convidado, a percorrer toda a profundidade do edifício.

Como ponto central temos o palco, um espaço aberto, que os utilizadores do centro podem utilizar, mesmo quando não existem actividades. Quer-se desta forma acentuar que a cultura não é apenas assistir a peças teatrais e organizações artísticas, é também, a interacção directa entre os actores sociais. À volta deste ponto central organizam-se os restantes elementos que compõe o programa.

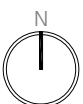
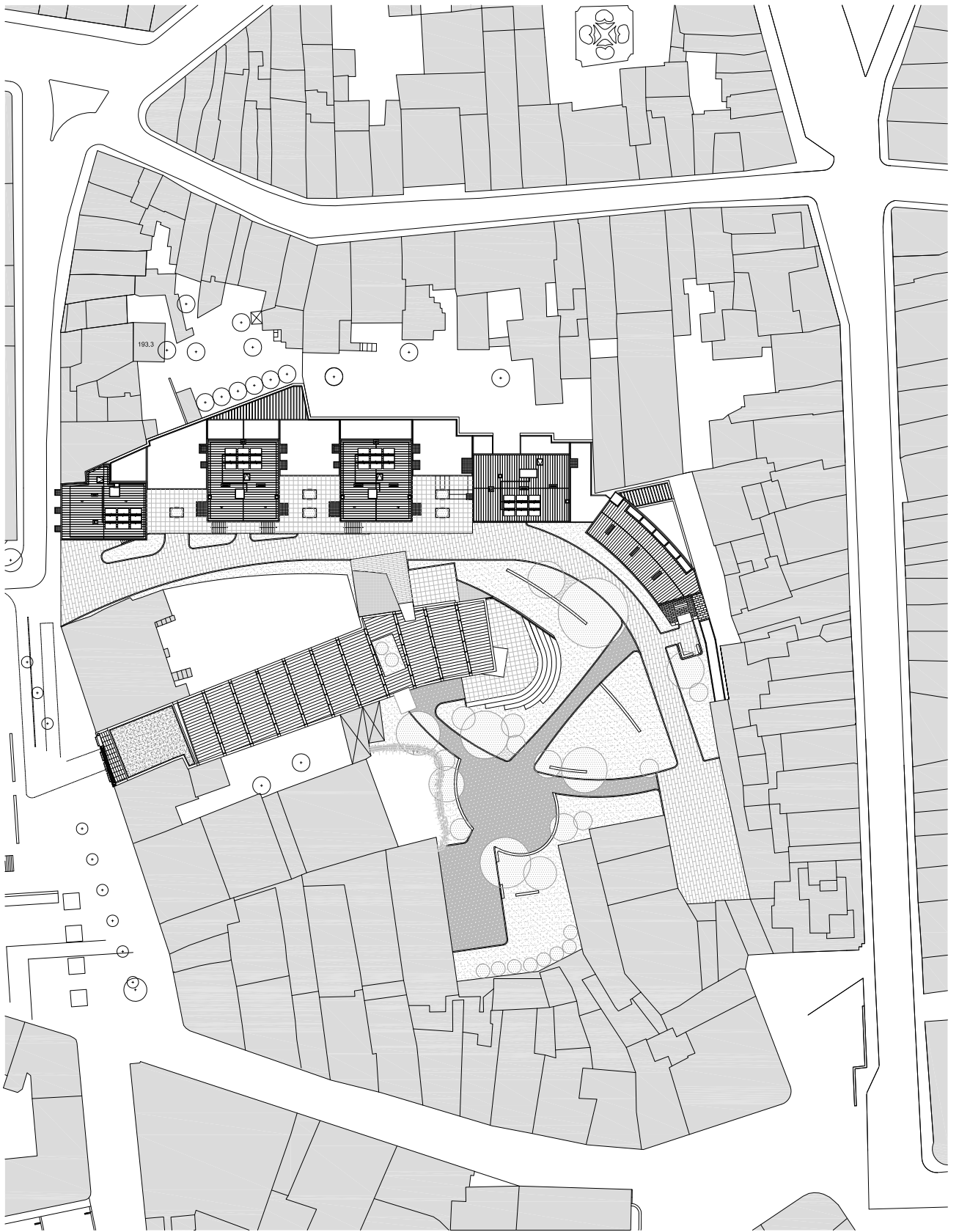
No piso de entrada, pelo Campo da Vinha, distribuem-se de forma sequencial, a recepção e espaço de comércio, acessos verticais, salas de actividades variadas, anfiteatro livre, acessos a casas de banho, camarins e salas de ensaio. No piso inferior desenvolve-se a área de exposições, de planta livre, marcada pela entrada de luz proveniente de um poço de luz. Nos três pisos do edifício de entrada desenvolvem-se, no primeiro piso, um open-space, destinado a secretaria; no segundo piso, seis escritórios para os directores do centro e outras entidades culturais; no terceiro piso, uma sala de reuniões e apresentações. No último piso do edifício industrial desenvolvem-se, salas de actividades diversas, sala de leitura, sala de informática, e café concerto, este último será o local de maior relação com o interior do quarteirão. Para tal, cria-se um volume projectado da fachada pré-existente, que funciona como palco para concertos, e no exterior um pequeno anfiteatro ao ar livre.

### Área Verde e Arranjos Exteriores

A revitalização da zona sul do interior do quarteirão dá-se através da criação de uma ampla área verde, composta por relvados e zonas arborizadas e de novos percursos de ligação entre os elementos do programa, anteriormente descritos. A organização deste espaço faz-se de forma bastante orgânica, contrapondo-se assim, às características apresentadas pelas praças próximas. Esta organização deriva das características próprias do local, objecto de estudo e da vontade de criar um espaço um pouco mais “humanizados”, que se mostre propício à permanência neste local, por parte de elementos, de todos os níveis etários, da população

Ao nível dos pavimentos propomos: para o percurso de atravessamento e para as praças, lajetas de granito, esta opção deve-se ao conforto que estas proporcionam ao andar; nos restantes percursos, betonilha afagada.

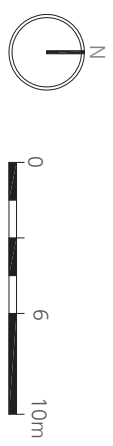
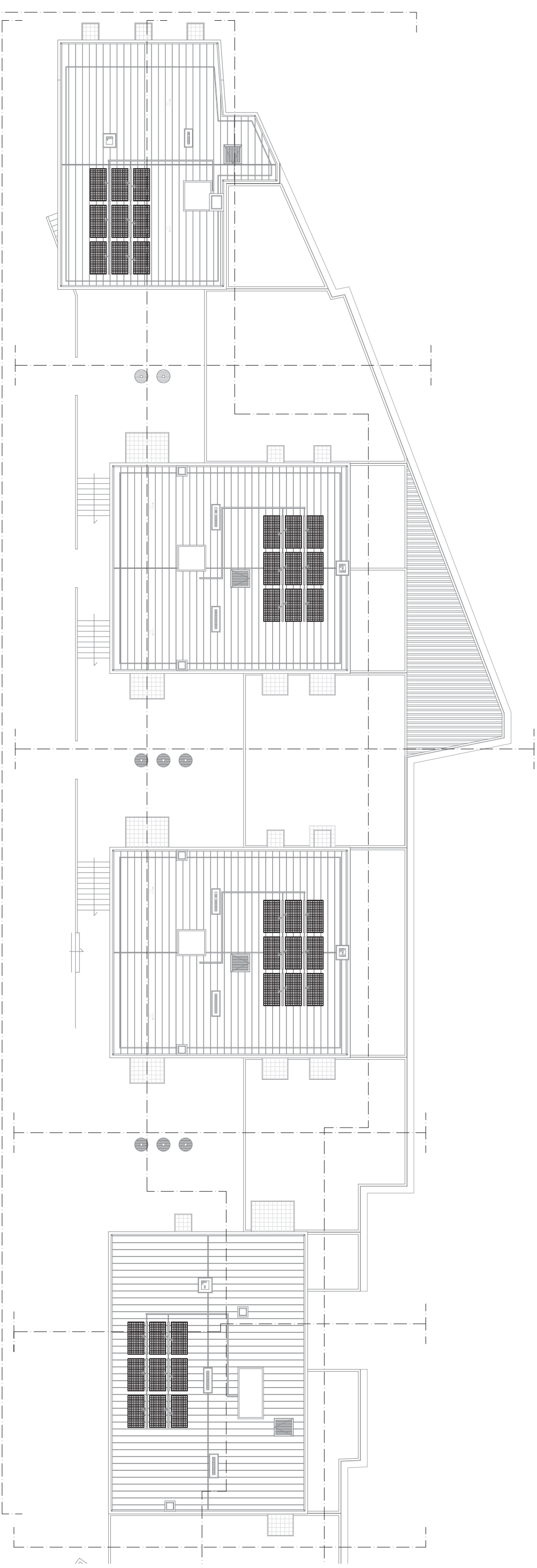




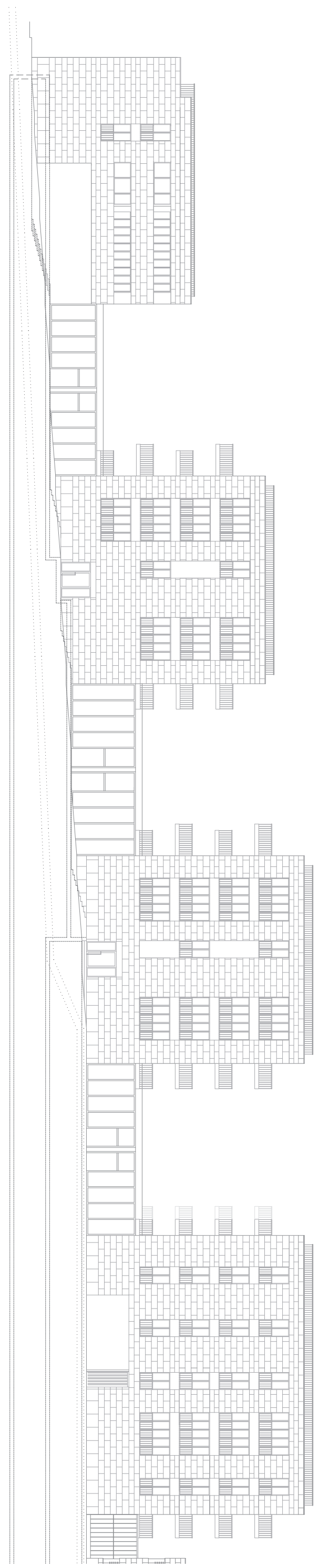
0 5 20 30m

Planta de Implantação e arranjos exteriores

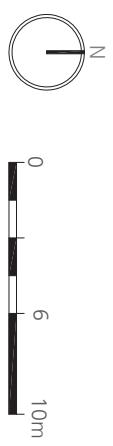
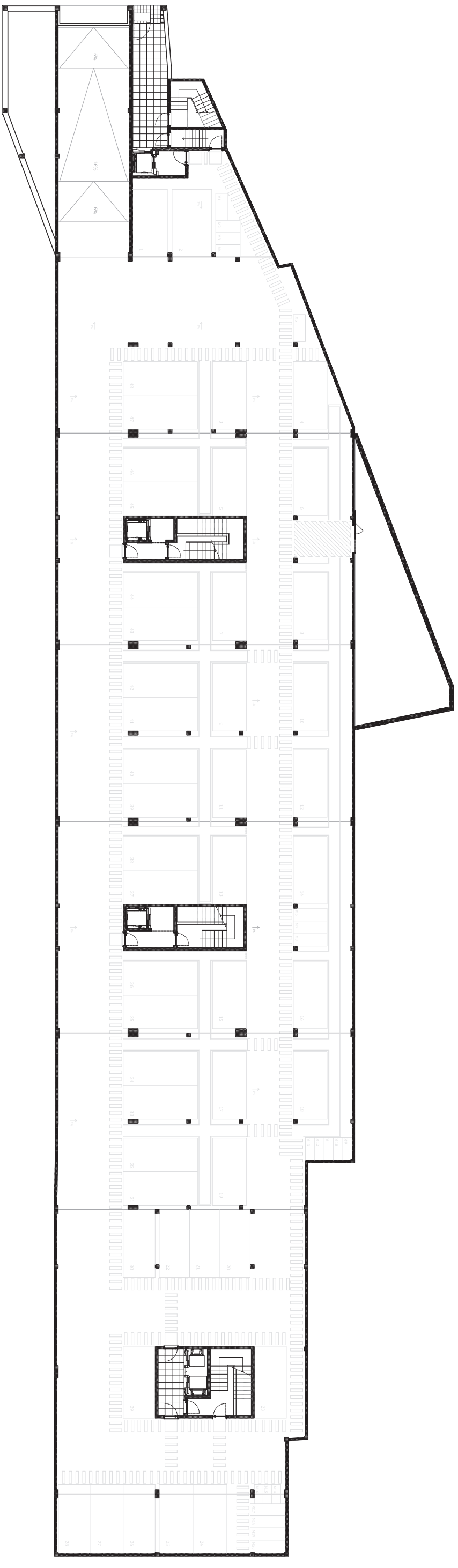




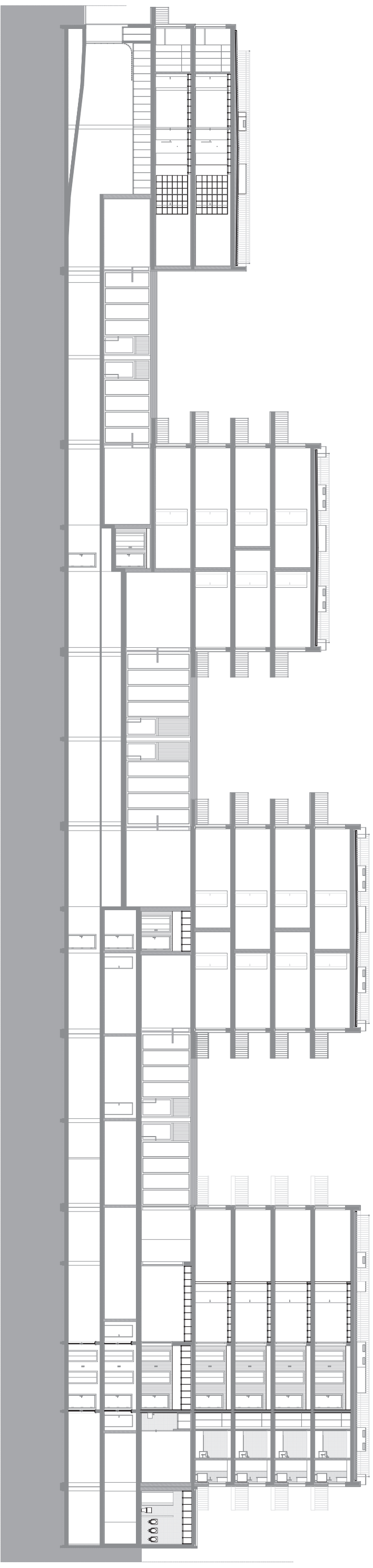
Habitação e Comércio. Planta de cobertura  
Alçado Norte



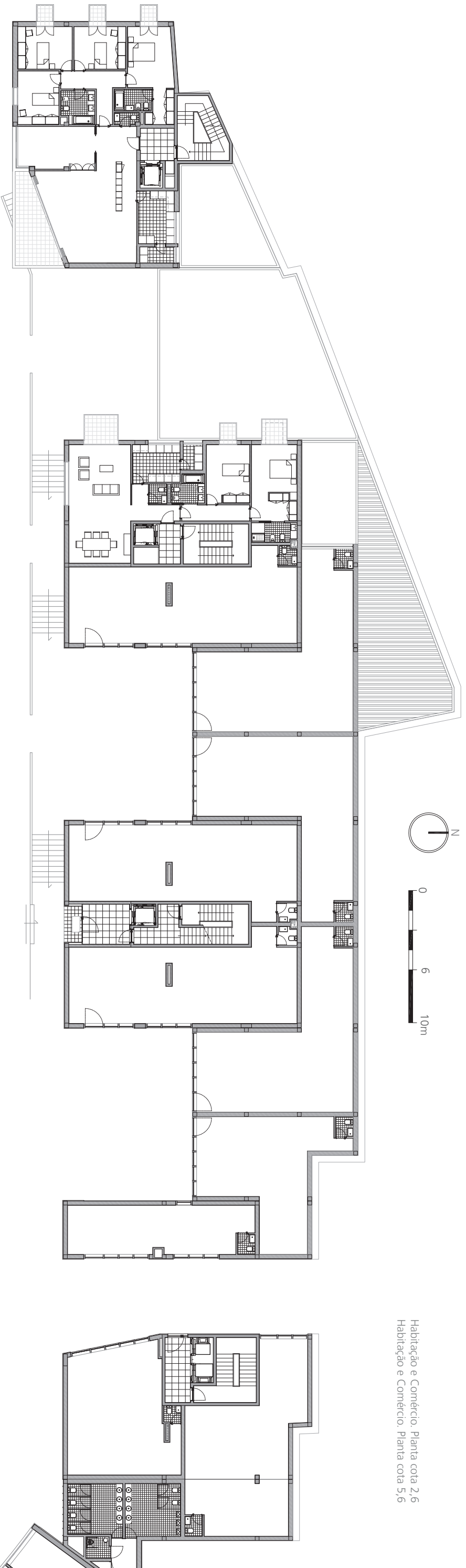




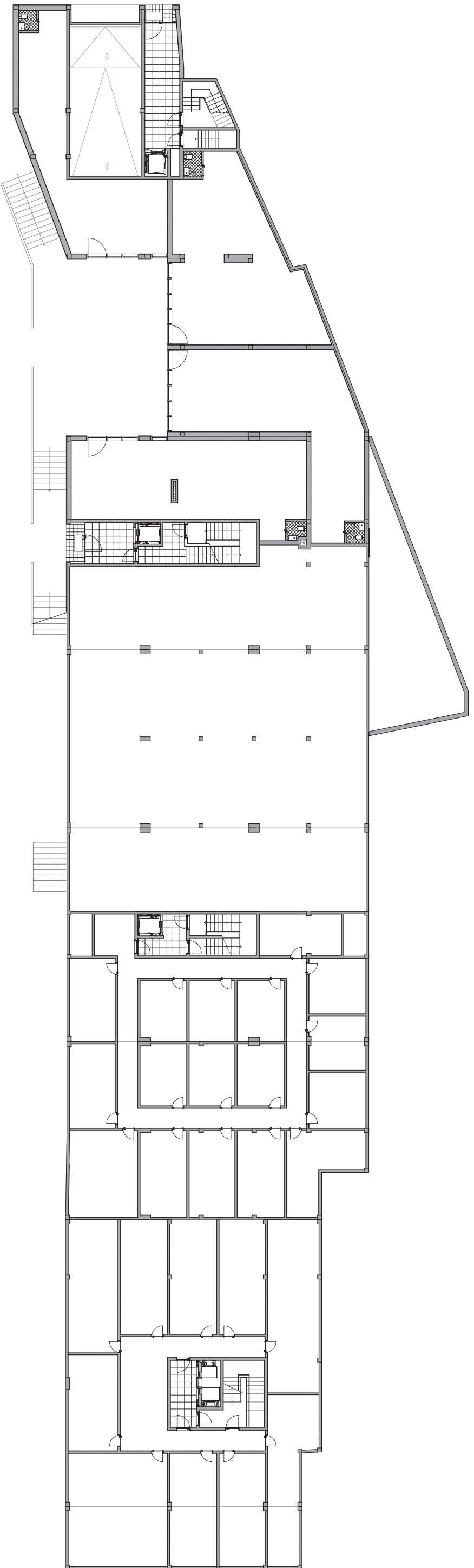
Habitagem e Comércio. Planta da garagem  
Corte Longitudinal



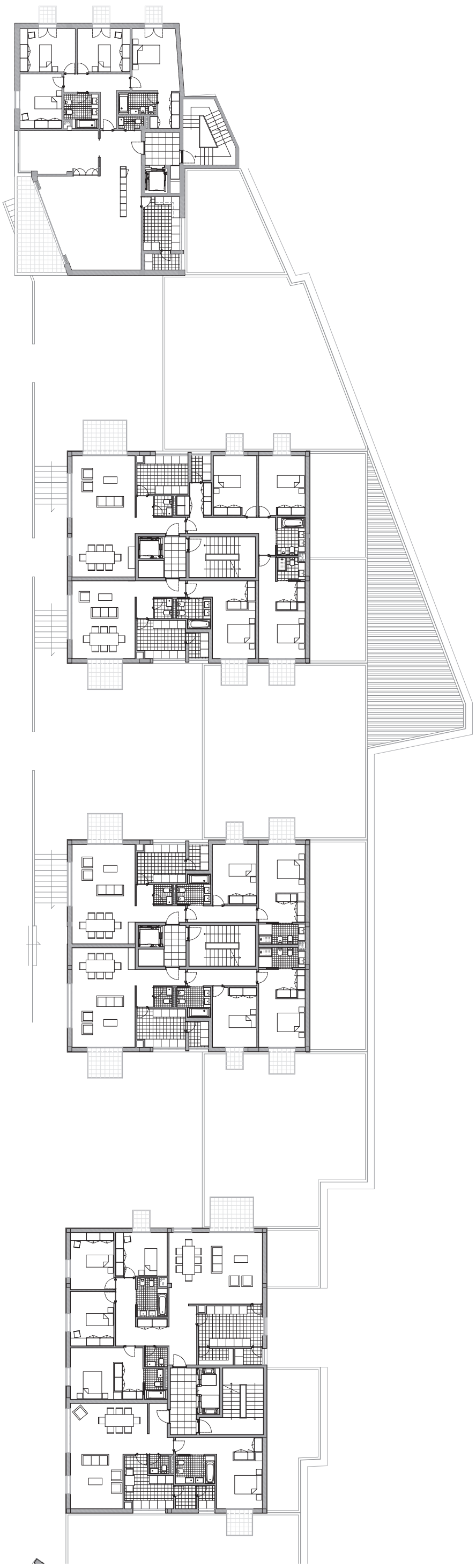
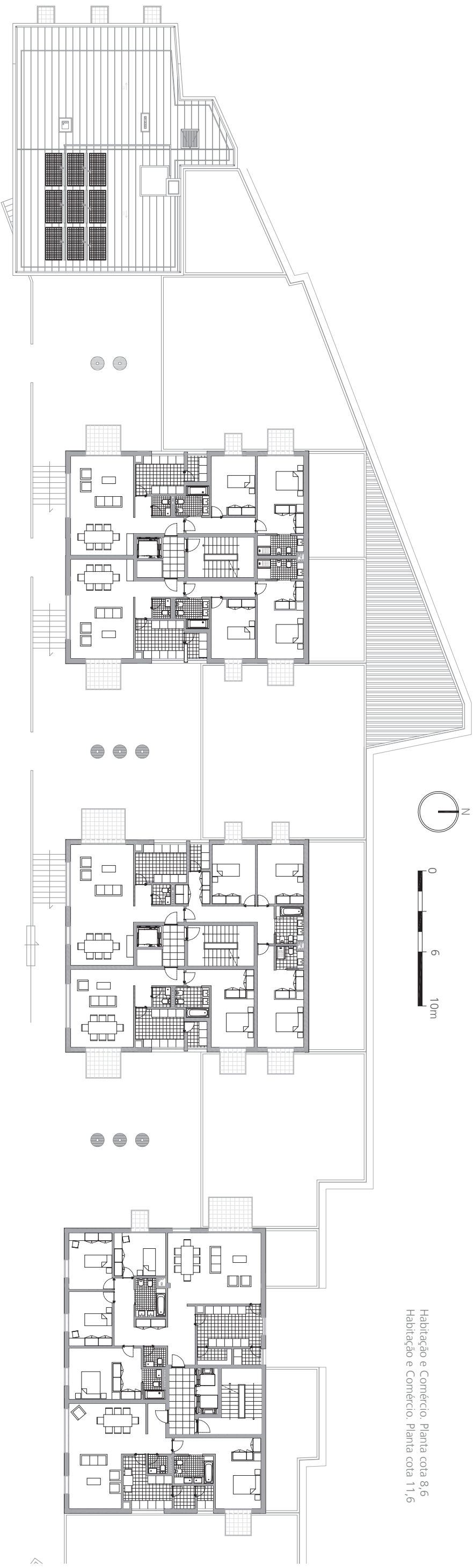




Habitação e Comércio. Planta cota 2,6  
Habitação e Comércio. Planta cota 5,6

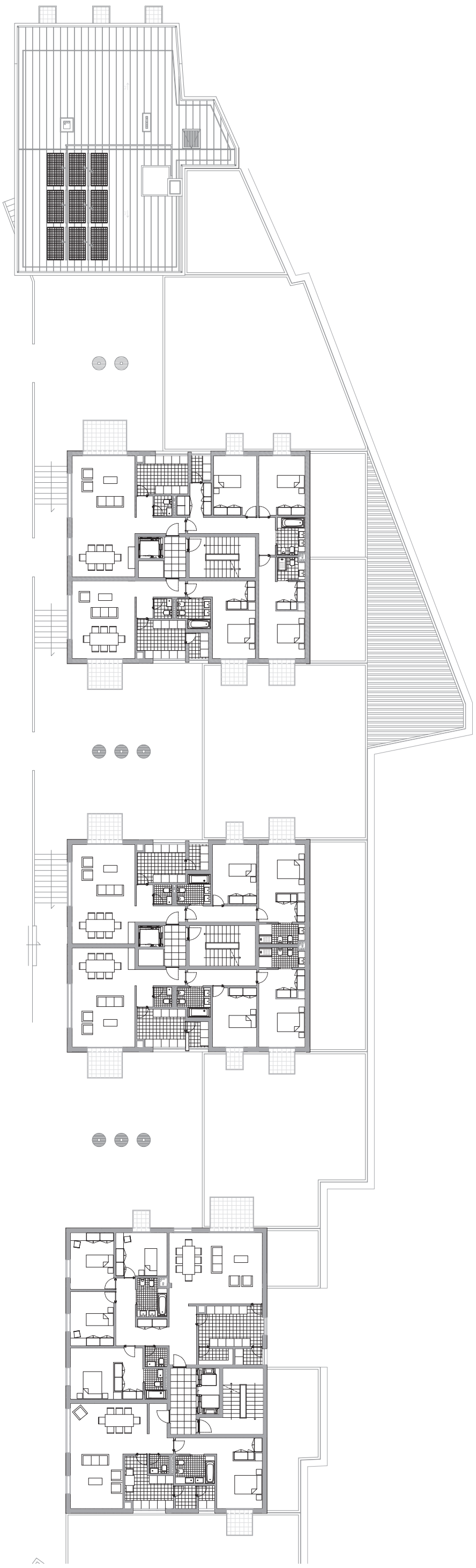
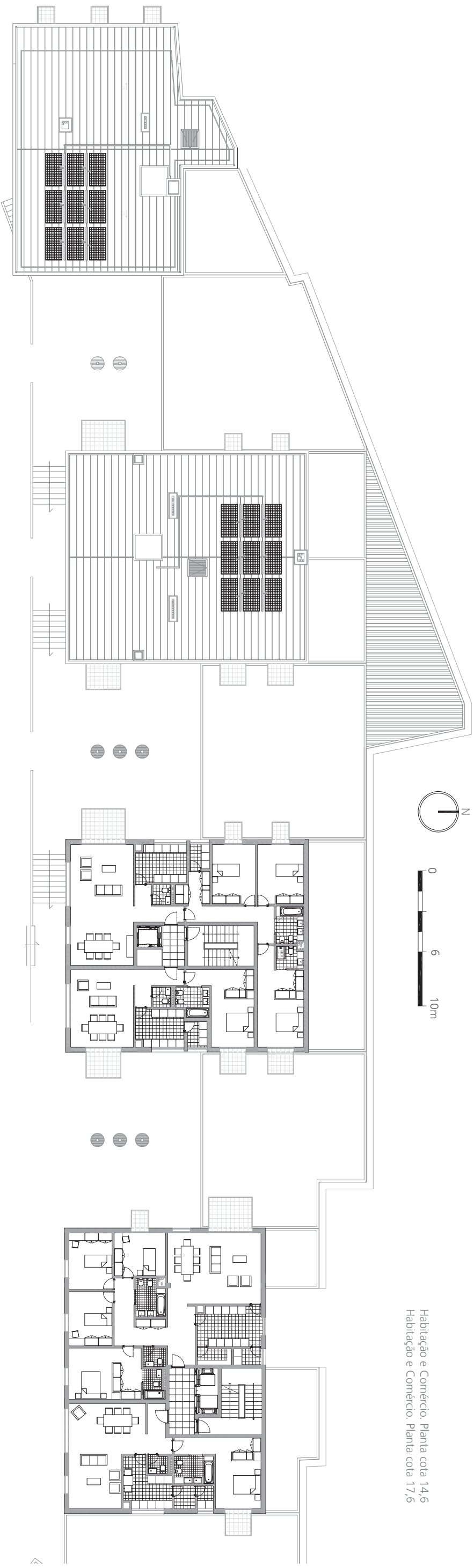






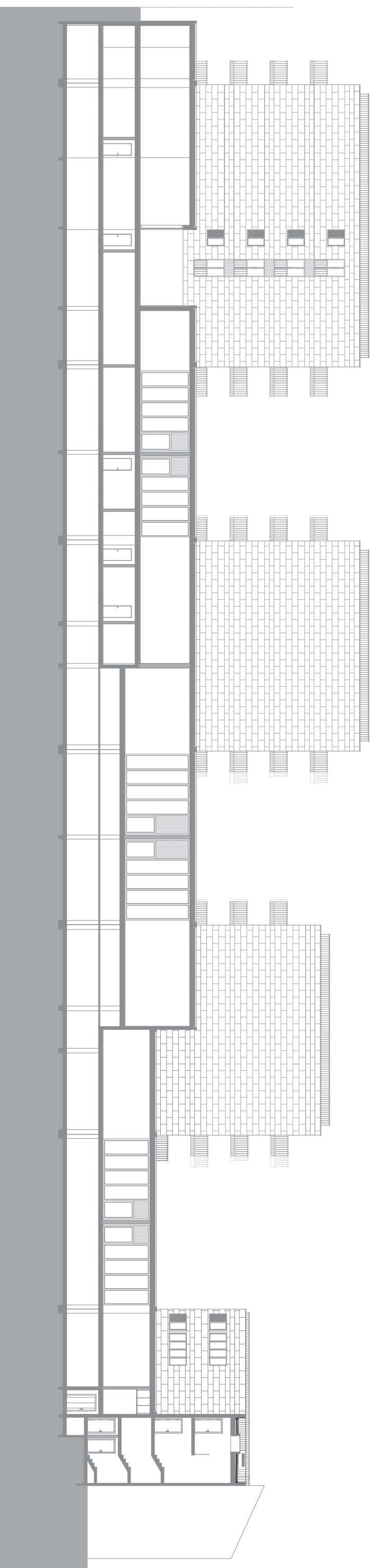
Habitação e Comércio. Planta cota 8,6  
 Habitação e Comércio. Planta cota 11,6



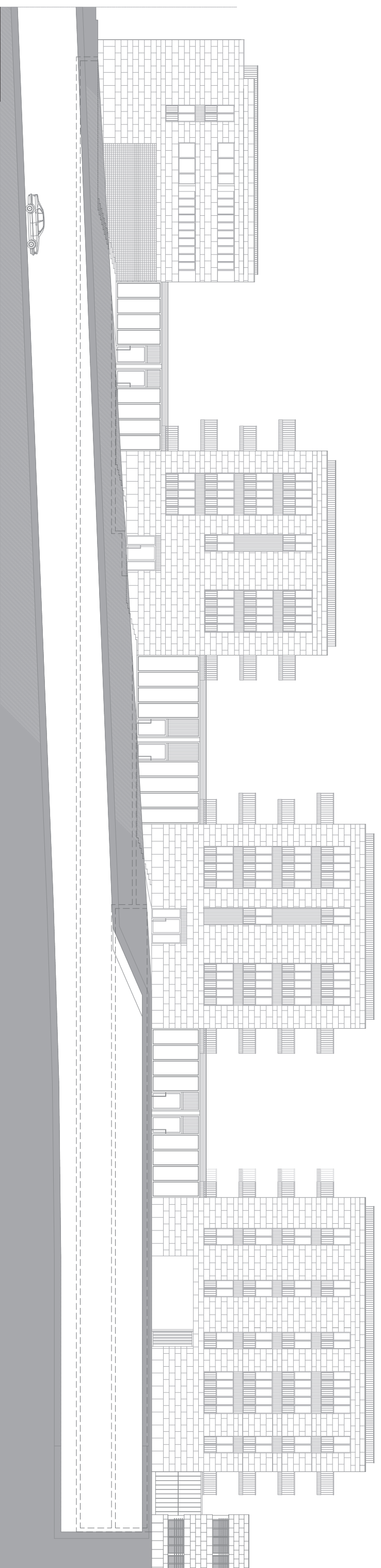


Habitação e Comércio. Planta cota 14,6  
 Habitação e Comércio. Planta cota 17,6

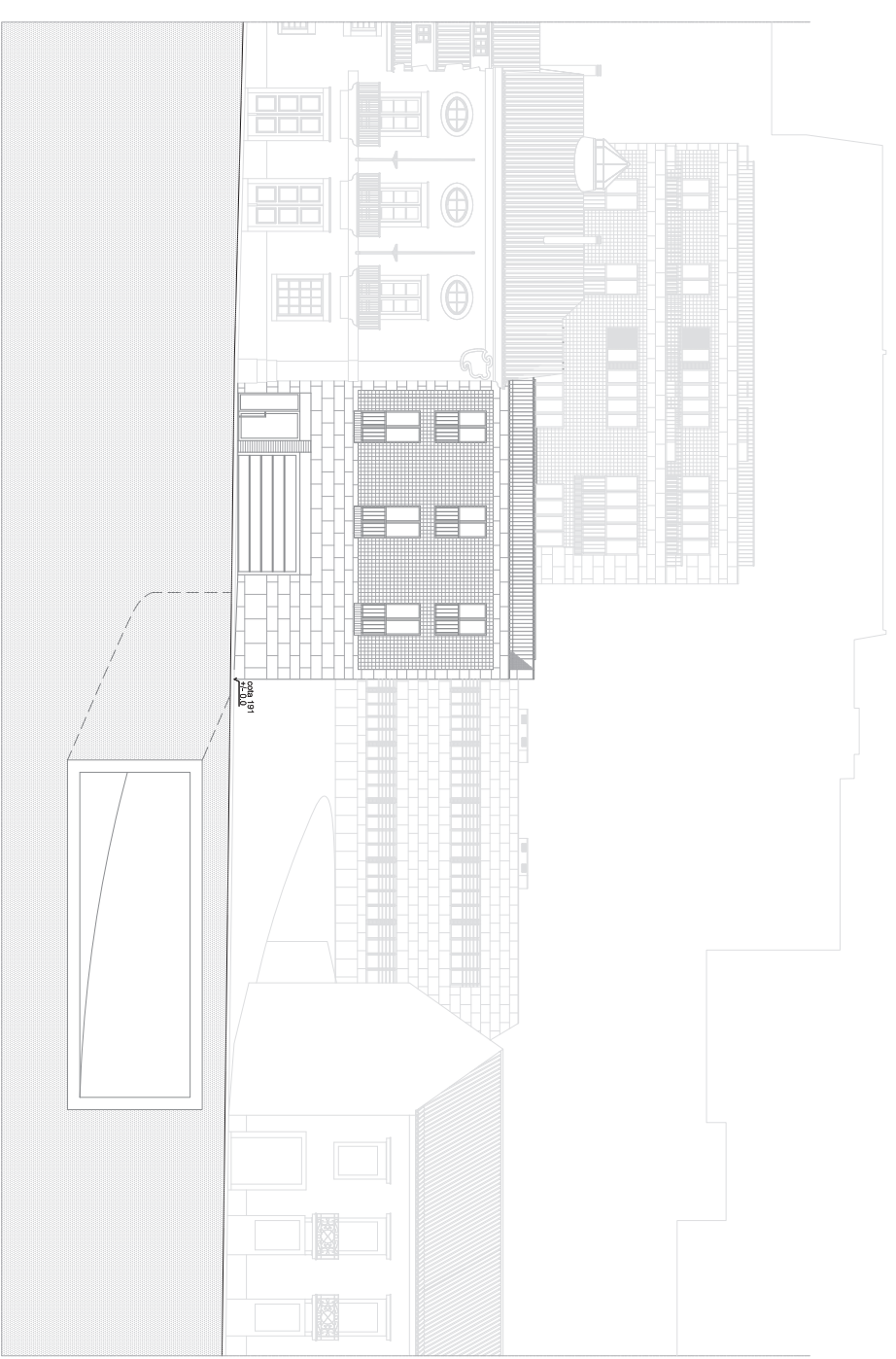




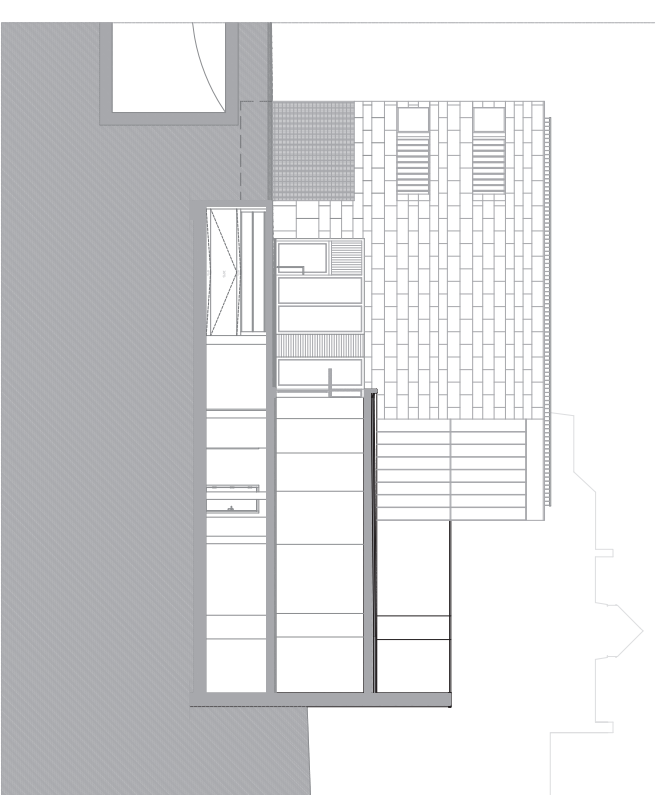
Habitação e comércio. Corte - Algado Sul  
Habitação e comércio. Corte - Algado Norte



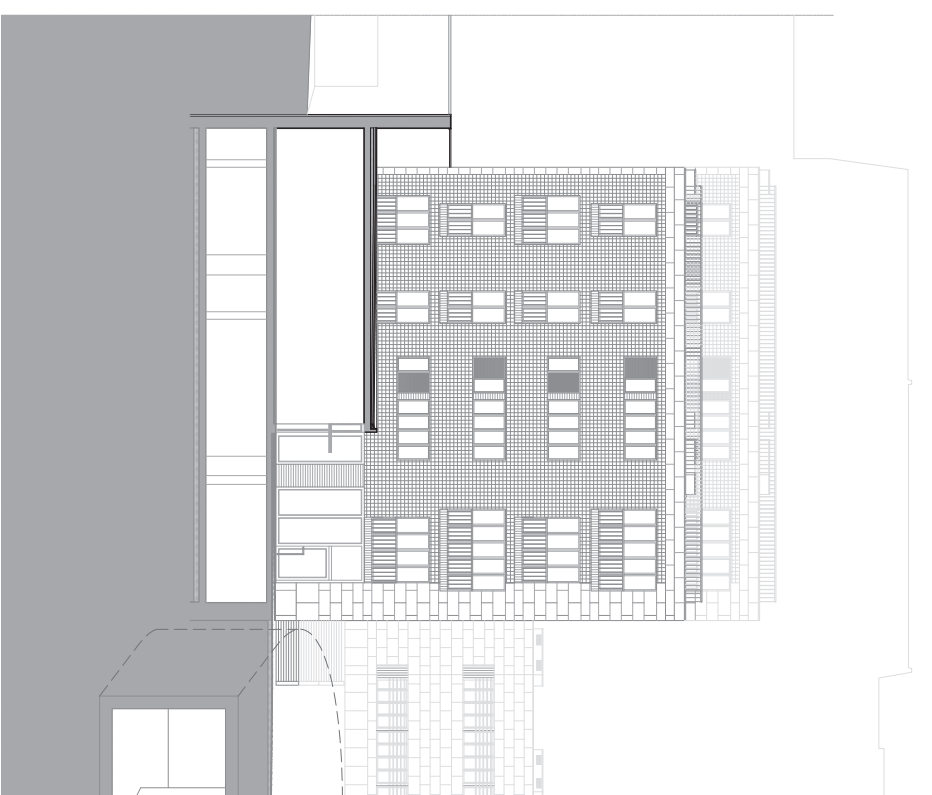




Habituação e Comércio. Edifício A - Alçado Poente (Campo da Vinha)



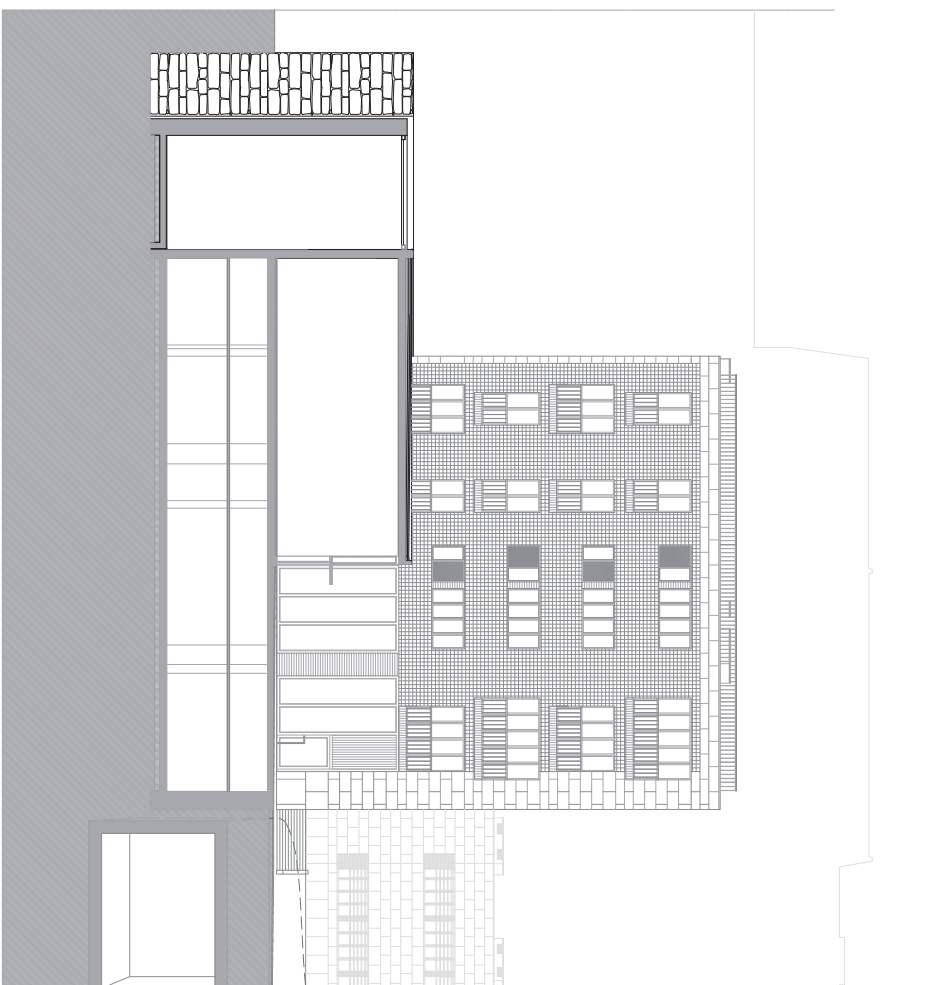
Habituação e Comércio. Edifício A - Alçado Nascente



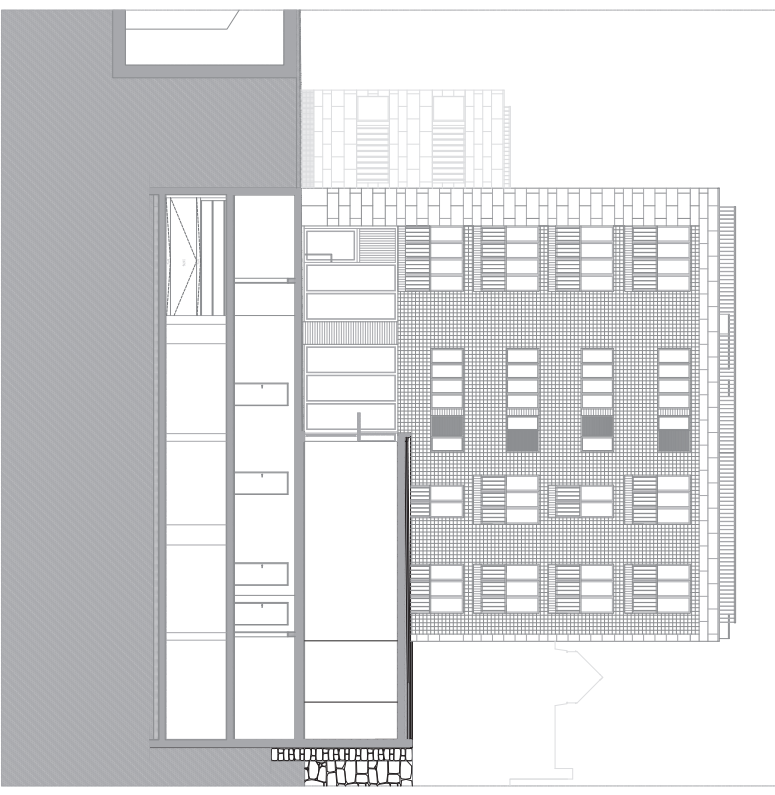
EDIFÍCIO B - Alçado Poente

Habituação e Comércio. Edifício B. Alçado Poente

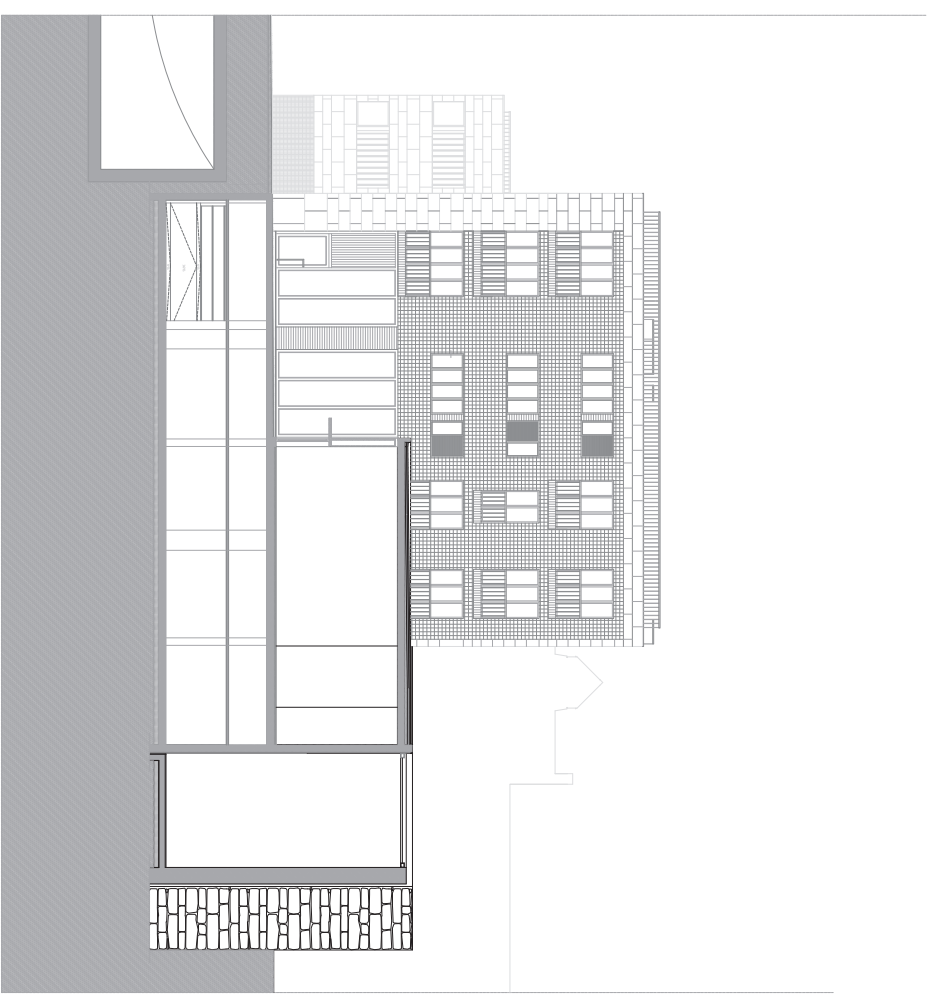




Habitación e Comércio. Edifício C - Alçado Poente)

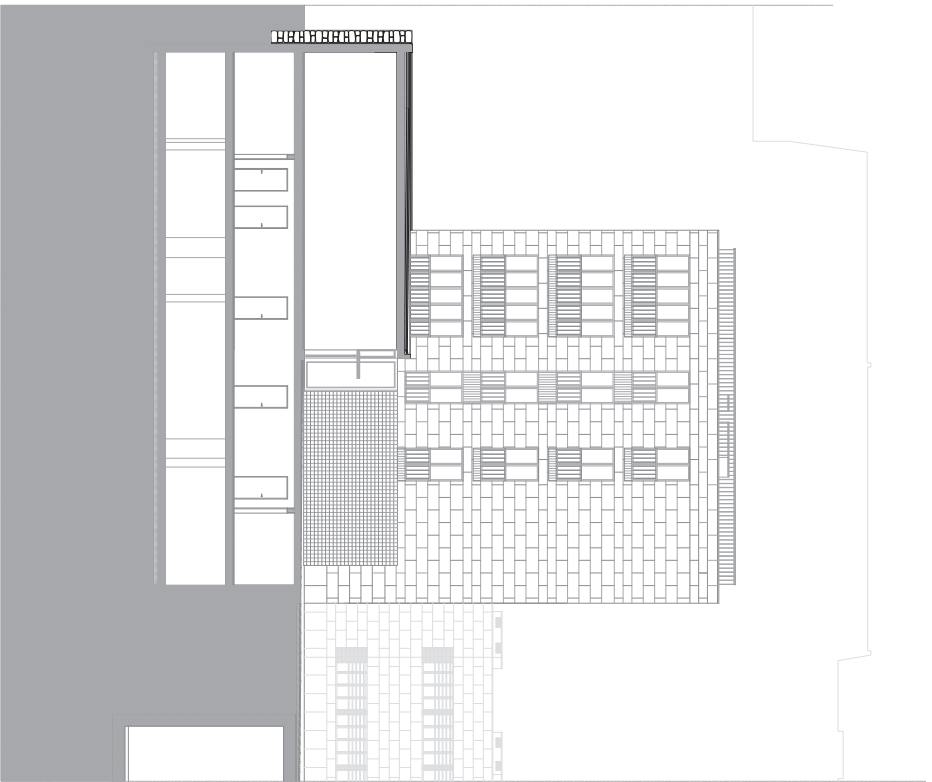


Habitación e Comércio. Edifício C - Alçado Nascente

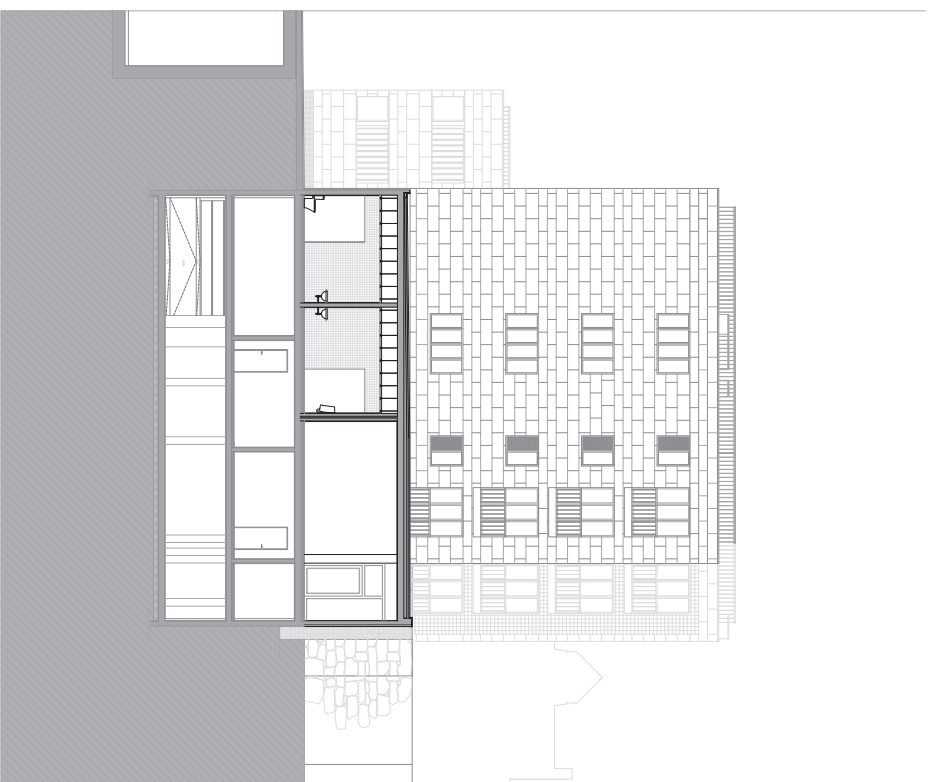


Habitación e Comércio. Edifício B. Alçado Nascente





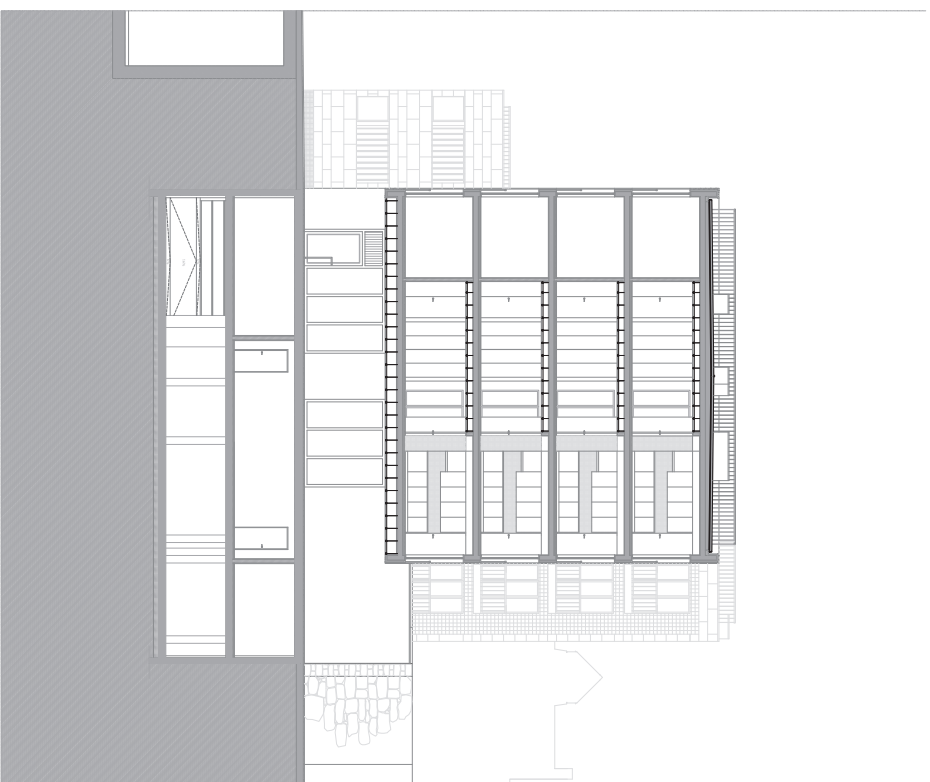
Habituação e Comércio. Edifício D - Algado Poente



Habituação e Comércio. Edifício A - Algado Poente (Campo da Vinha)



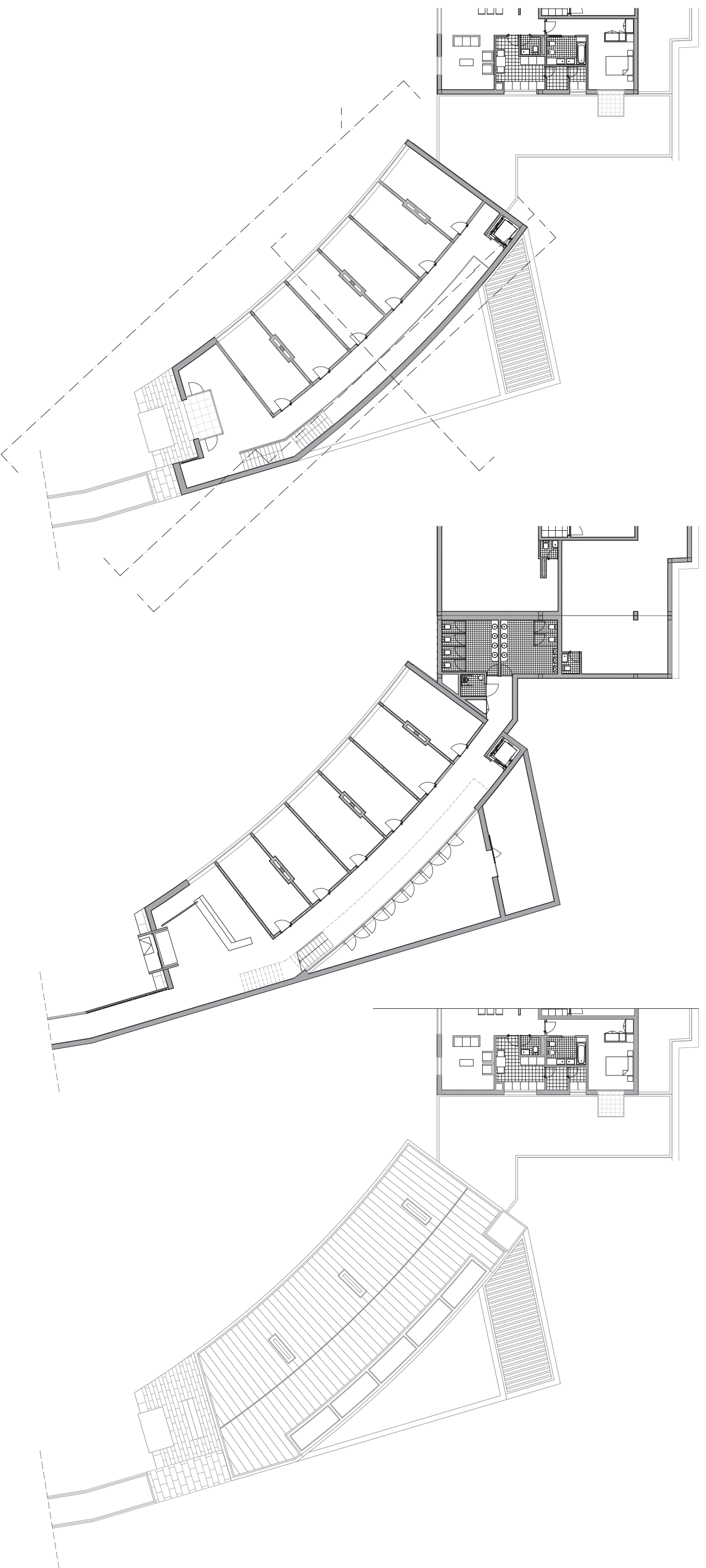
Habituação e Comércio. Edifício D. Corte pelo túnel



Habituação e Comércio. Edifício D - Corte pelo túnel

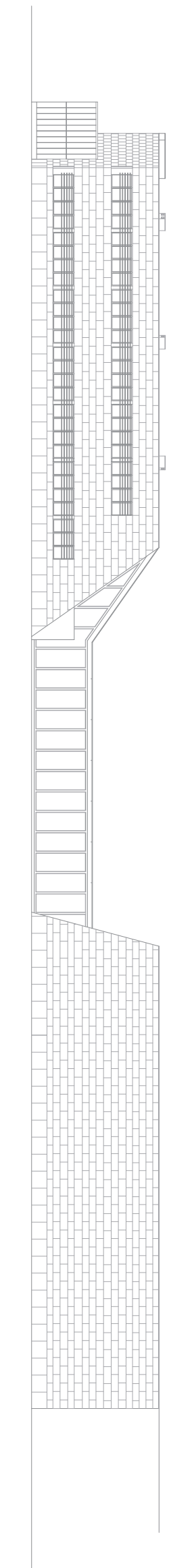




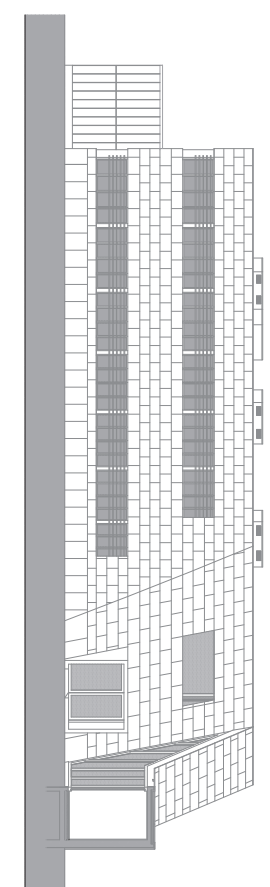


Escritorios. Plantas

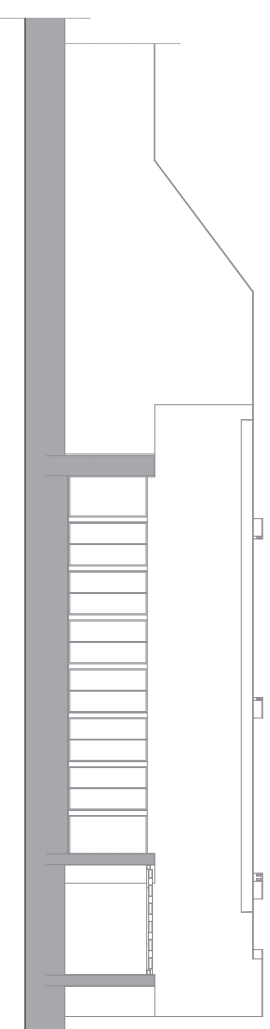




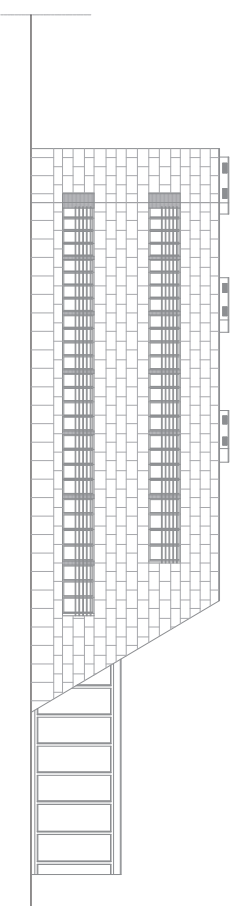
Escritórios. Alçado Nascente



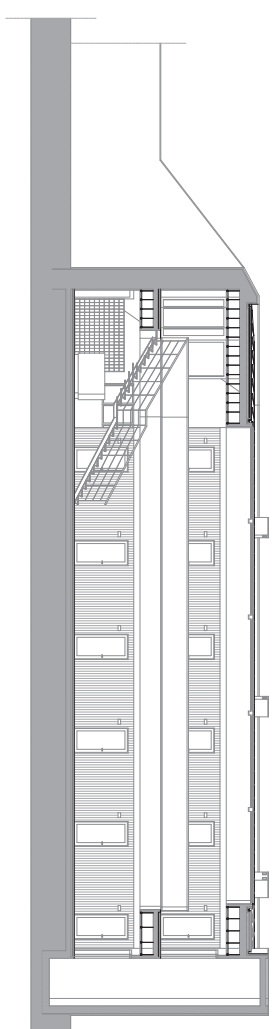
Escritórios. Corte - Alçado Nascente



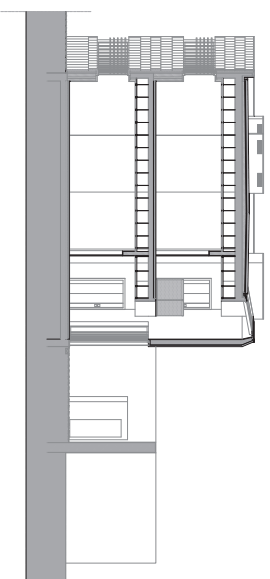
Escritórios. Corte - Alçado Poente



Escritórios. Alçado Nascente



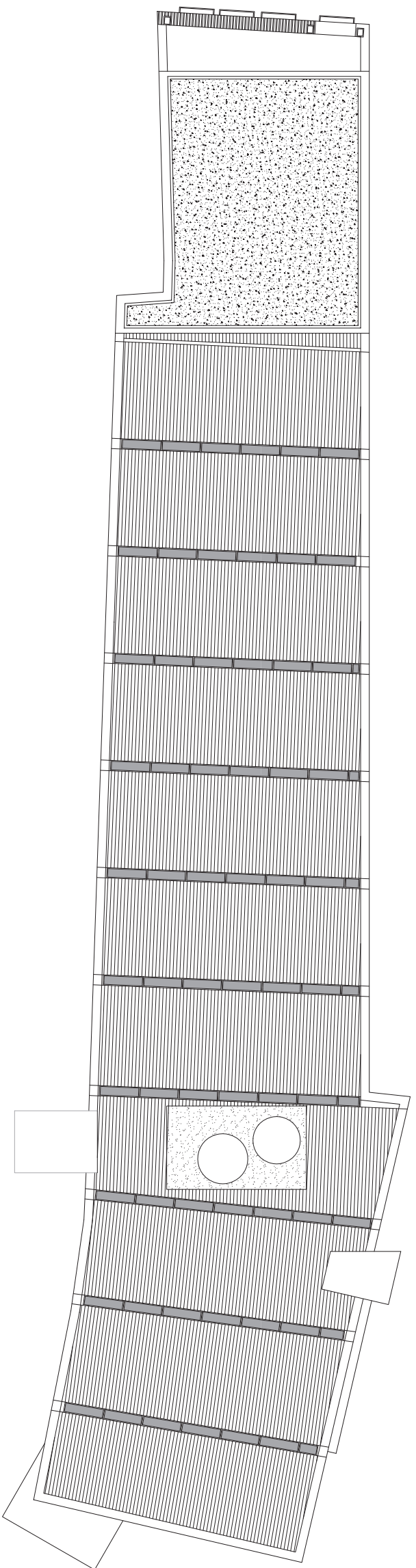
Escritórios. Corte Longitudinal



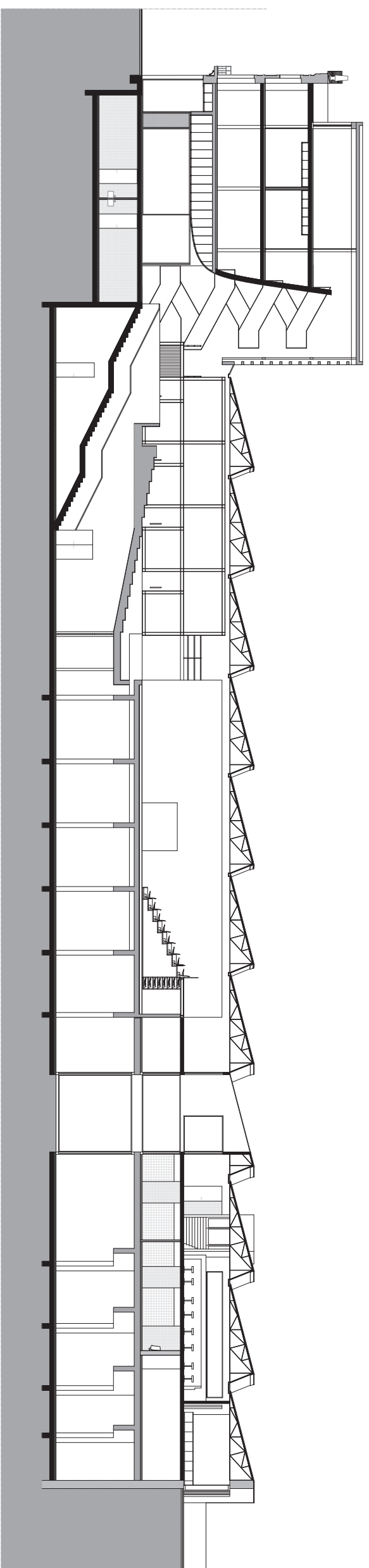
Escritórios. Corte Transversal



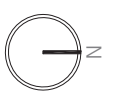
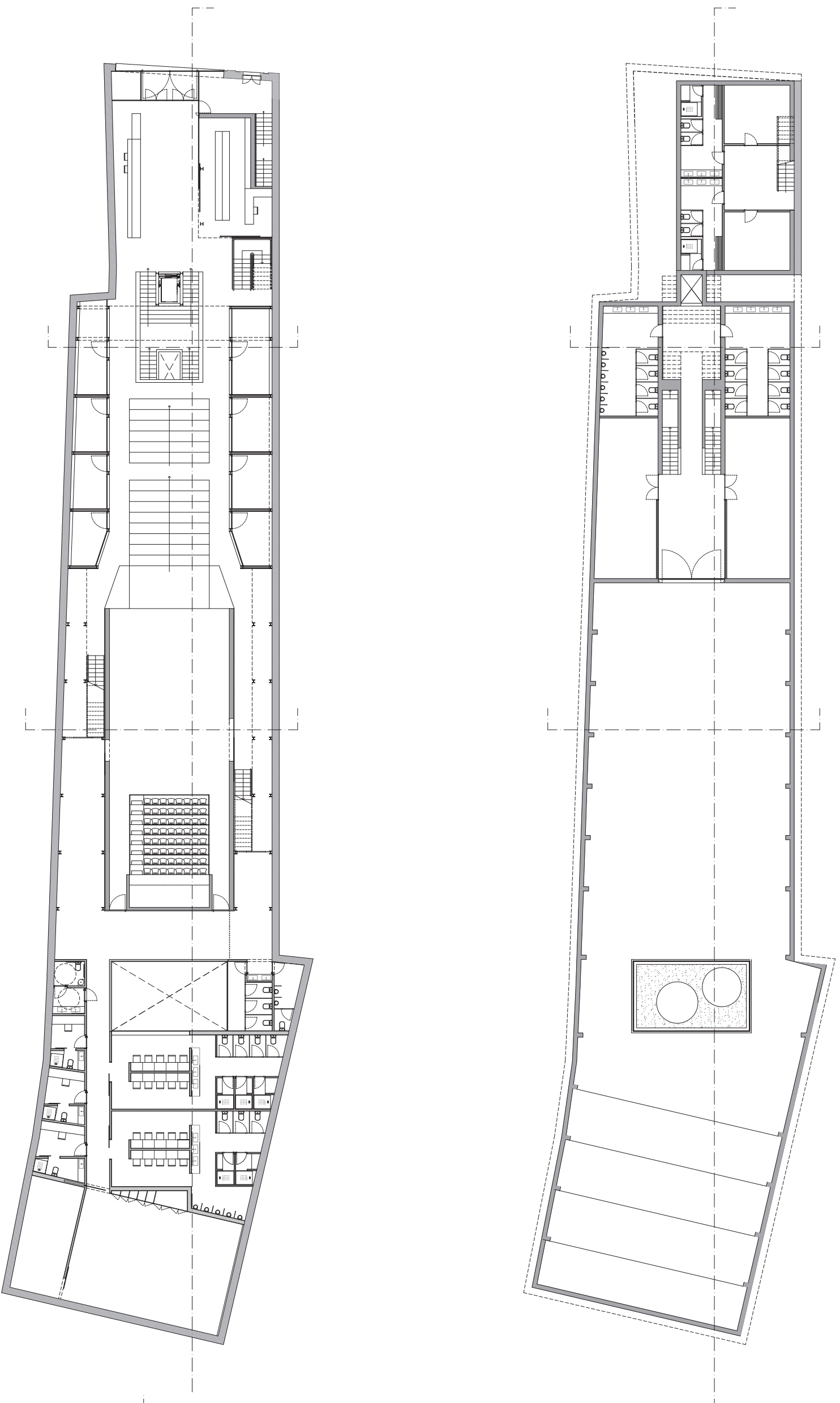




Centro Cultural. Planta de Cobertura  
Centro Cultural. Corte Longitudinal

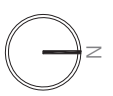
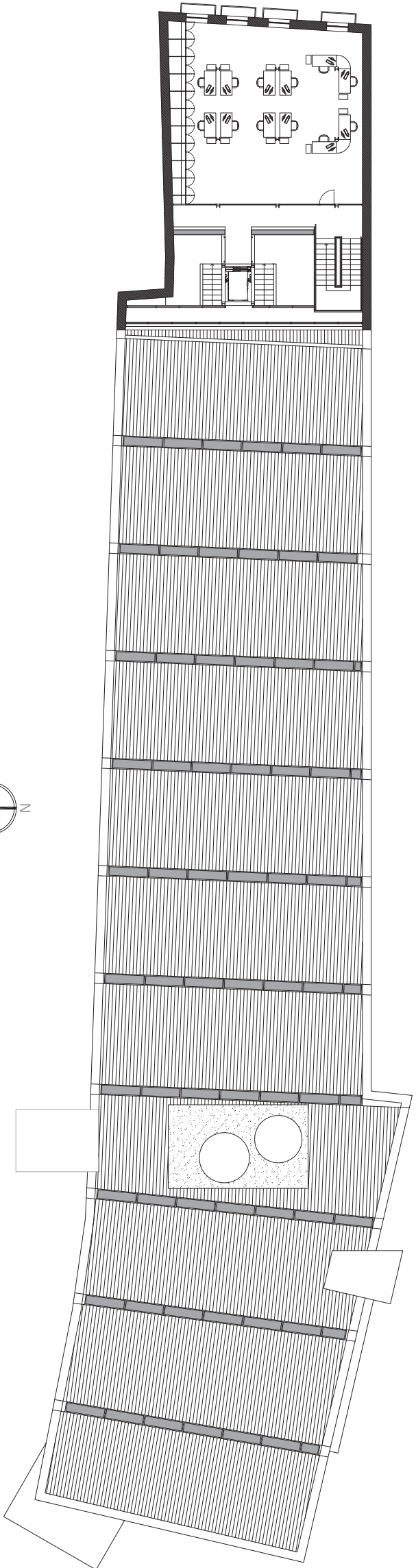
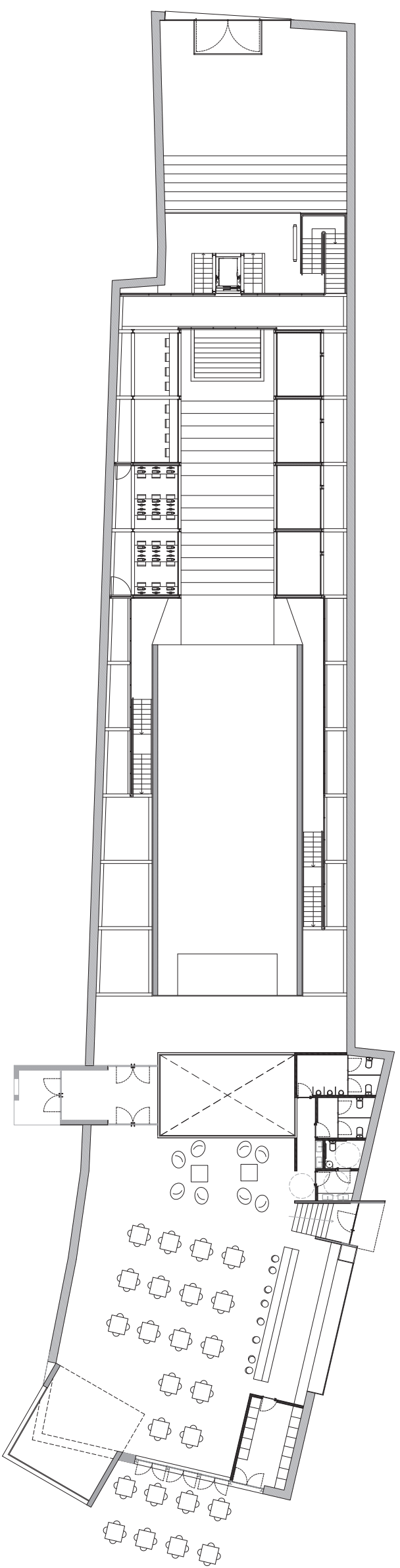






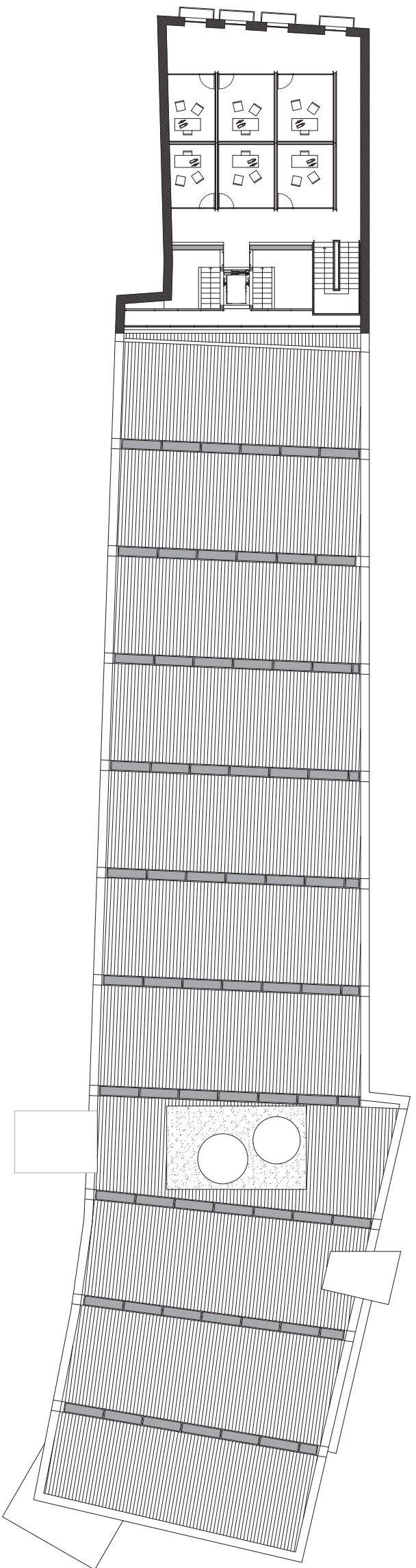
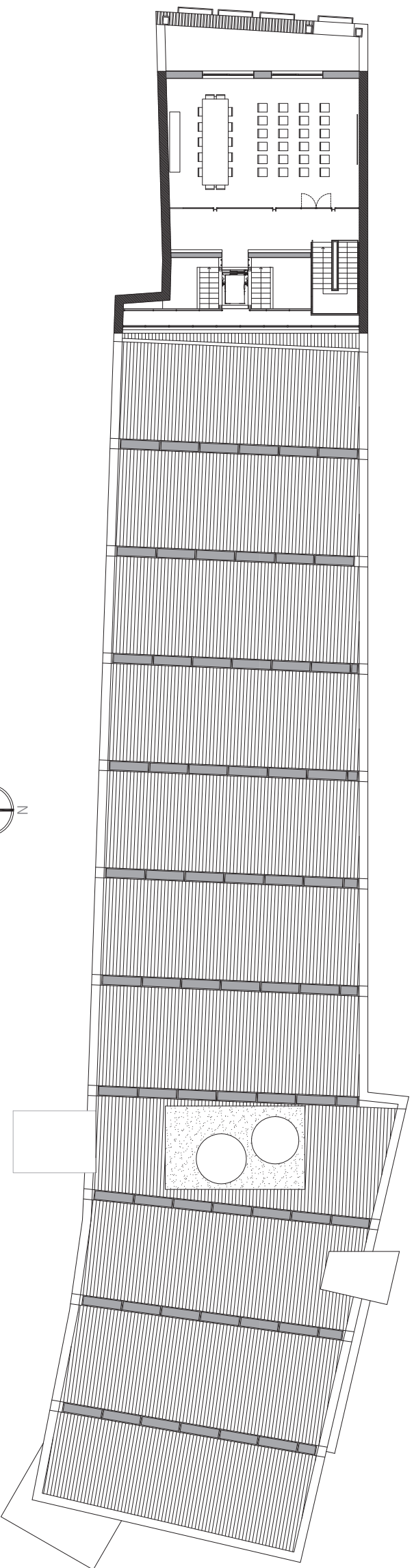
Centro Cultural: Planta do piso -1. sala de exposições  
Centro Cultural: Planta do rés-do-chão





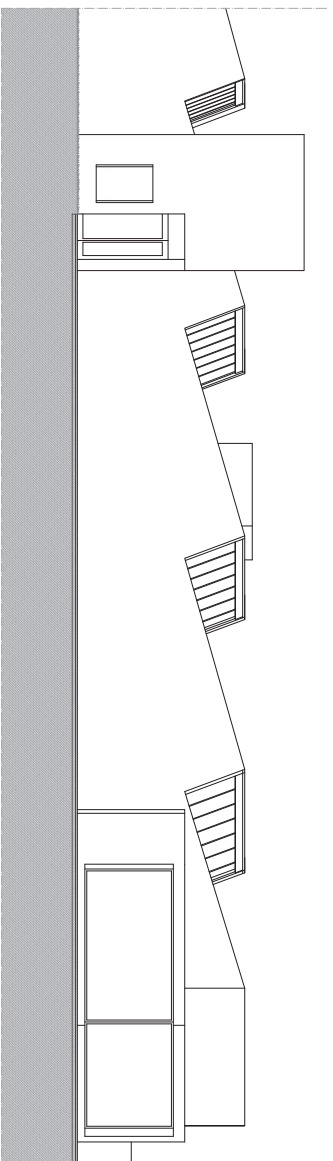
Centro Cultural: Planta do piso 1. Café-concerto  
 Centro Cultural: Planta do piso 2. Administração



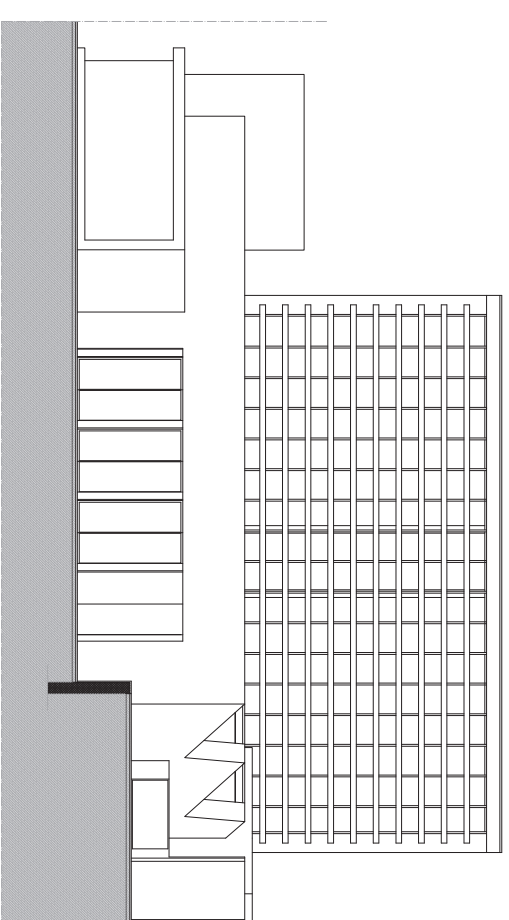


Centro Cultural: Planta do piso 3. Gabinetes  
Centro Cultural: Planta do piso 4. Sala de reuniões

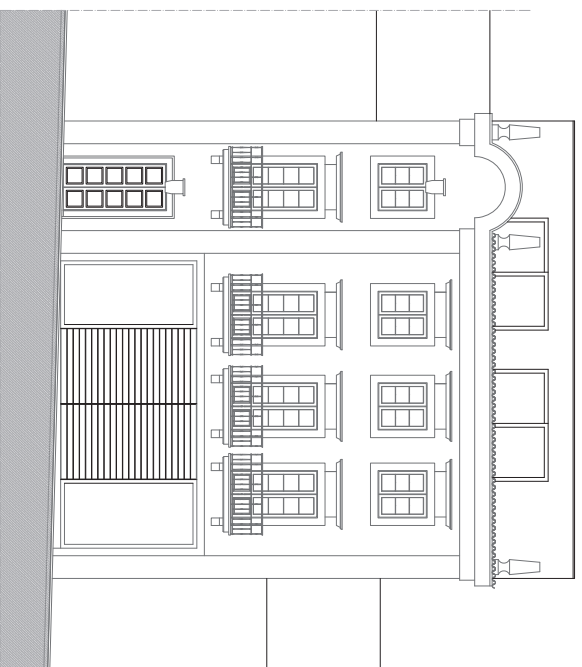




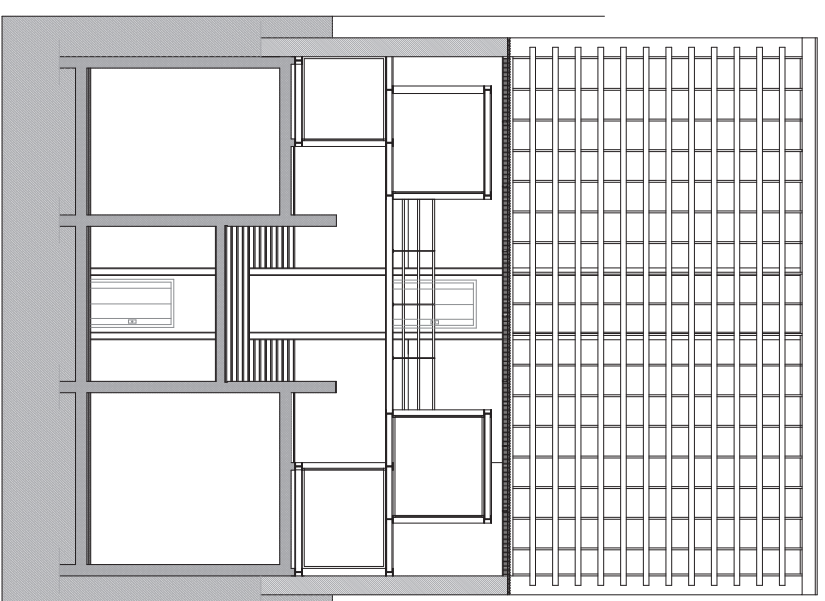
Centro Cultural: Alçado Sul



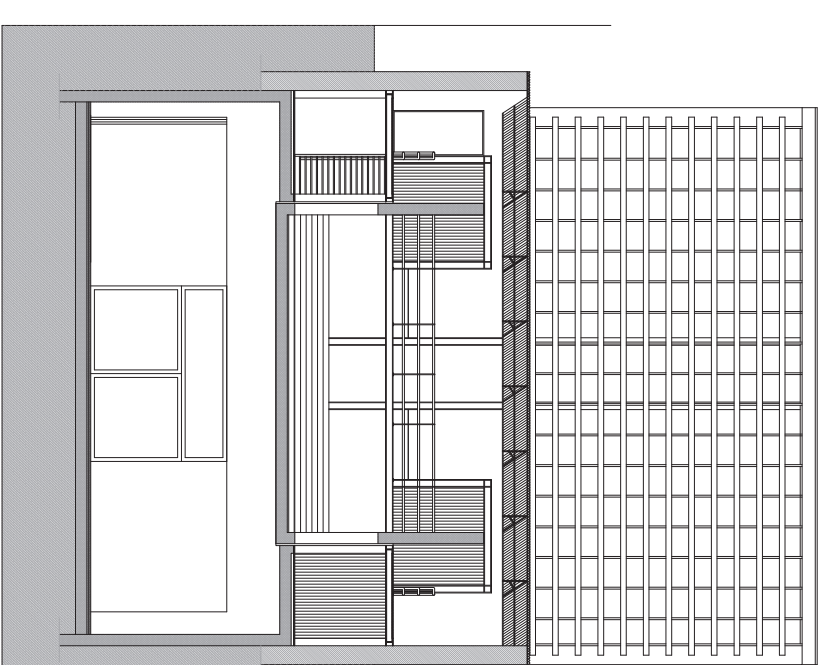
Centro Cultural: Alçado Poente



Centro Cultural: Planta do piso - 1: sala de exposições  
Centro Cultural: Planta do rés-do-chão



Centro Cultural: Corte Transversal  
Centro Cultural: Corte Transversal



Centro Cultural: Corte Transversal





## Bibliografia

ALMEIDA, Reginaldo Rodrigues de (2004) - Sociedade BIT: Da sociedade da Informação à Sociedade do Conhecimento. Gráfica Maiadouro S. A..

AMADO, Miguel Pires (2005) – Planeamento Urbano Sustentável. [s.l.]: Edição e Artes Gráficas Caleidoscópio. (Col. Pensar arquitectura).

AUGÉ, Marc (2002) – Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. Paris: Editora du Seuil.

BACHELARD, Gaston (1978) – La poétique de l'espace. 9<sup>o</sup> édition Paris: Presses Universitaires de France.

BENEVOLO, Leonardo (1984) – A cidade e o arquitecto. Lisboa: Edições 70.

BENEVOLO, Leonardo (1977) – Diseño de la Ciudad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 5 vols.

CAMPANELLA, Tomás (1990) – A cidade do sol. Lisboa: Guimarães Editores.

CAVACO, Cristina Soares (2007) - Os espaçamentos ilegítimos ou a condição suburbana do Vazio, Seminário de Estudos Urbanos – Vazios Úteis, in <http://seu2007.saau.iscte.pt/>

CESKA, Jan (1999) - Tendências de la Arquitectura Contemporânea. 3<sup>a</sup> Edição, GG, Barcelona.

COSTA, Lucília Verdelho da (1997) – Ernesto Korrodi 1889-1944, Arquitectura, Ensino e Restauro do Património. Editorial Estampa, Lda., Lisboa, Portugal

DEBORD, Guy (1997) - La Société du Spectacle. 1<sup>a</sup> Edição Brasileira, Contraponto, Rio de Janeiro.

DUARTE, Rui Barreiros (2007) - Vazios Úteis, Seminário de Estudos Urbanos – Vazios Úteis, in <http://seu2007.saau.iscte.pt/>

ECO, Umberto (1993) – Viagem na irrealidade quotidiana. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Difel L.da..

FERNANDES, José Manuel (1999) – Cidades e arquitecturas. Lisboa: Livros Horizonte.

FONATTI, Franco – Principios elementales de la forma en arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili, [s.d.] (Arquitectura/Perspectivas).



GISSEN, David (2002) (Editor) – Big & Green, Toward Sustainable Architecture in the 21st Century. New York: Princeton Architectural Press.

GREGOTTI, Vittorio (1966) – Il Territori dell'Architettura. Milano: Edit. Feltrinelli.

HOLL, Steven (1994) - Questions of Perception, Architecture and Urbanism. Tokyo.

JANEIRO, Pedro (2007) - Cheios Inúteis, Seminário de Estudos Urbanos — Vazios Úteis, in <http://seu2007.saau.iscte.pt/>

JOLY, Martine (2008) - Introdução à análise da imagem. Edições 70, Lisboa.

JORGE, Pedro António Fonseca (2007) - Vazios Úteis - Cerzir a Cidade, Seminário de Estudos Urbanos — Vazios Úteis, in <http://seu2007.saau.iscte.pt/>

LAMAS, José M. Ressano Garcia (1992) – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: FCG ; JNICT.

LANDRY, Charles (2008) – The Creative City, a toolkit for urban innovators. 2nd Edition. London: Earthscan.

LE CORBUSIER (1970) – Maneira de pensar o Urbanismo. Lisboa: Publicações Europa América.

LEACH, Neil (2005) - The Anaesthetics of Architecture. 1ª Edição Portuguesa, Antígona, Lisboa.

LYNCH, Kevin (1972) – A imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70.

MARIN, Louis (1993) - Des Pouvoirs de l'Image. Éditions du Seuil, Paris.

MIDDLETON, Robin (1996) [ ed.lit.] – The idea of the City. (conjunto de entrevistas elaboradas entre 1971□1990, reunidas posteriormente pelo editor literário). London : Architectural Associations.

MIRANDA, Danilo Santos de (1996) (Org.) – O Parque e a Arquitectura, uma proposta lúdica. São Paulo: Papirus Editora.

MONTANER, Josep Maria (2001) – Por la modernidad superada / Arquitectura arte y pensamiento del siglo XX. Barcelons: Ed. Gustavo Gili.



MONTANER, Josep Maria (2001) - A Modernidade Superada. 1ª Edição, GG, Barcelona.

MORO, Mauro (2007) - AZC - Arquitectura a Zero Cubicagem, Seminário de Estudos Urbanos – Vazios Úteis, in <http://seu2007.saau.iscte.pt/>

NETTO, J. Teixeira Coelho (1984) - A Construção do Sentido na Arquitectura. 2ª Edição, Perspectiva, SP.

PALASMAA, Juhani (1996) - The Eyes of the Skin. Academy Editons, London.

PAPALIA, Diane E. (2000) - Desenvolvimento humano. 7ª Edição, Artmed editora, Porto Alegre.

RASMUSSEN, Steen Eiler (1998) - Arquitectura Vivenciada. 2ª Edição Brasileira, Martins Fontes, SP.

RATTENBURY, Kester, (2002) - This is not Architecture. Routledge, London.

RODRIGUES, António Jacinto (1975) – Urbanismo e revolução. Porto: Edições Afrontamento.

RODRIGUES, António Jacinto (1976) – Urbanismo: uma prática social e política. 1ª ed. Porto: Editora Limiar.

RODRIGUES, António Jacinto (1993) – Eco□desenvolvimento, Arte, Urbanismo e Arquitectura. Porto: Edições Figueirinhas.

RODRIGUES, Jacinto (2006) – Sociedade e Território – Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado. 1ª ed. Porto: Profedições, Lda..

RODRIGUES, Maria João Madeira (2002) - O que é Arquitectura. 1ª Edição, Quimera, Lisboa.

SIZA, Álvaro (1998) - Imaginar a Evidência. 1ª Edição, Edições 70, Lisboa.

TÁVORA, Fernando (1962) - Da Organização do Espaço. 6ª Edição, FAUP Publicações, Porto.

TAYLOR, Mark (1994) - Imalogies. Media Philosophy, Routledge, London.

TITIEV, Mischa (1969) - Introdução à antropologia cultural. 9ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MONTANER, Josep Maria (2002) – Las formas del siglo XX. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.



### Revistas e Publicações Periódicas

AAVV – A Green Vitruvius, Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2001.

A.A.V.V. – Desenho. Lisboa: Edições Assírio & Alvim e Fundação Carmona e Costa, Março 2003.

Architectural Design. Visions fo the future. London: Academy Group Ltd. 1993, n.º104.

### Dicionários, Enciclopédias e Outras Obras de Referência

COMISSÃO EUROPEIA – Cidades Europeias Sustentáveis, Relatório-Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO – O Nosso Futuro Comum. Lisboa: Meribérica/Liber Editores, 1991.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS – Try it this way. Desenvolvimento sustentável ao nível local. [S.l.]: CEU, 2002.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS – A Nova Carta de Atenas 2003. A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI. Lisboa: CEU, 2003.

INSTITUTO DO AMBIENTE – Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014. Amadora: Instituto do Ambiente, 2006.

### Investigação Histórica

BARRETO, Nuno (coord.); Eduardo Pires de Oliveira; Eduardo Souto Moura; João Mesquita (1982) – Braga, Evolução da Estrutura Urbana. Braga, Câmara Municipal.

CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana Cunha (2002) – Braga Triunfante ao Tempo das Memórias Paroquiais de 1758. Braga, José Viriato Capela.

COSTA, Luis (1985), Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico. Edição Câmara Municipal de Braga

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1993) – Estudos sobre o séc. XVIII em Braga: história e arte. Braga, APPACDM.



OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1994) – Edifício do Convento do Salvador. Lar Conde de Agrolongo, Braga.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1994) - Um novo mapa de Braga de finais do século XVII. Braga : BPB.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999) – Carlos Amarante. In: Braga. Percursos e Memórias de Granito e Ouro. Porto, Campo das Letras.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008). Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento. Universidade do Minho, Braga.

VASCONCELOS, Maria de Assunção Jácome de (1988) - Fórum 4 - O Mapa das Ruas de Braga de 1750. Universidade do Minho, Braga.

Documentação Electrónica

<http://seu2007.saau.iscte.pt/>

<http://trienal.blogs.sapo.pt/tag/vazios+urbanos>



## Créditos das imagens

fig.1 - planta realizada pelo autor com base no Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga (RMSRCHCB)

fig.2 - *in* BARRETO, Nuno (coord.); Eduardo Pires de Oliveira; Eduardo Souto Moura; João Mesquita (1982) – Braga, Evolução da Estrutura Urbana. Braga, Câmara Municipal, pág. 12,13

fig.3 - *in* RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008). Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento. Universidade do Minho, Braga,pág. 321

fig.4 - esquema realizado pelo autor a partir de vista aérea obtida em [www.maps.google.pt](http://www.maps.google.pt)

fig.5 - *in* BARRETO, op., cit., pág. 21

fig.6 - id., *ibid.*, pág. 29

fig.7 - Imagem gentilmente cedida pelos arquivos do Museu Nogueira da Silva

fig.8 - *in* BARRETO, op., cit., pág. 39

fig.9 - id., *ibid.*, pág. 45

fig.10 - id., *ibid.*, pág. 53

fig.11 - id., *ibid.*, pág. 61

fig.12 - Imagem gentilmente cedida pelos arquivos do Museu Nogueira da Silva

fig.13 - id., *ibid.*

fig.14 - id., *ibid.*

fig.15 - id., *ibid.*

fig.16 - id., *ibid.*

fig.17 - id., *ibid.*

fig.18 - id., *ibid.*

fig.19 - fotografia realizada pelo autor

fig.20 - fotografia realizada pelo autor

fig.21 - fotografia realizada pelo autor

fig.22 - esquema realizado pelo autor a partir de vista aérea obtida em [www.maps.google.pt](http://www.maps.google.pt)

fig.23 - *in* "Mappa das Ruas de Braga"



fig.24 - *in* "Mappa das Ruas de Braga"

fig.25 - *in* "Mappa das Ruas de Braga"

fig.26 - fotografia realizada pelo autor

fig.27 - fotografia realizada pelo autor

fig.28 - fotografia realizada pelo autor

fig.29 - fotografia realizada pelo autor

fig.30 - Imagem gentilmente cedida pelo Arquivo da Biblioteca Municipal de Braga

fig.31 - id., *ibid.*

fig.32 - fotografia realizada pelo autor

fig.33 - fotografia realizada pelo autor

fig.34 - fotografia realizada pelo autor

fig.35 - fotografia realizada pelo autor

fig.36 - fotografia realizada pelo autor

fig.37 - fotografia realizada pelo autor

fig.38 - fotografia realizada pelo autor

fig.39 - fotografia realizada pelo autor

fig.40 - fotografia realizada pelo autor

fig.41 - fotografia realizada pelo autor

fig.42 - fotografia realizada pelo autor

fig.43 - desenhos gentilmente cedidos pela Câmara Municipal de Braga

fig.44 - desenhos gentilmente cedidos pelos autores

fig.45 - id., *ibid.*

fig.46 - *in* <http://www.google.pt/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>

fig.47 - *in* <http://www.google.pt/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>

fig.48 - fotografia realizada pelo autor

fig.49 - fotografia realizada pelo autor

fig.50 - vista aérea de Esposende obtida em [www.maps.google.pt](http://www.maps.google.pt)



